

Mensagem da Administração:

Senhores Acionistas,

Em atendimento à legislação vigente e às disposições estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração da CEB, acompanhadas das Demonstrações Financeiras, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O cenário de instabilidade econômica ocorrido nos últimos anos, permaneceu em 2022. Foi percebida durante o ano uma ligeira retomada e recuperação econômica aquém do esperado, devido ao impacto no comércio internacional causado pela guerra entre Rússia e Ucrânia e às incertezas internas relacionados às eleições e as sucessivas elevações das taxas de juros, com o intuito de conter a inflação no país.

Em análise do segmento de atuação da CEB, apesar das adversidades, o ano de 2022 foi marcado pelo aumento do volume de negócios no Mercado Livre de Energia, que, conforme cresceu 10,6% em relação a 2021, como também para a perspectiva de mudança da matriz energética, tanto no Brasil, quanto no mundo, com ênfase na utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para a fonte solar e para o hidrogênio verde.

Especificamente na CEB, em 2022, observa-se que a Receita Operacional Líquida apresentou redução de 5,72% em relação a 2021, justificada, substancialmente, pela expressiva redução da Receita de Energia de Curto Prazo, decorrente da redução do preço de liquidação das diferenças.

O Lucro Líquido atingiu R\$ 258.053 mil no exercício de 2022, representando uma redução de R\$ 1.036.354 mil, em relação ao realizado no ano anterior (-80,06%), diferença explicada pela alienação da participação acionária da CEB Distribuição, em 2021, numa operação de R\$2.515.000 mil, da qual resultou, à época, uma receita não operacional de R\$ 1.706.162 mil.

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	367.050	389.307	-5,72%	-22.257
Receita Operacional Líquida	322.217	343.088	-6,08%	-20.871
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	364.868	1.932.208	-81,12%	-1.567.340
EBITDA (LAJIDA)	294.159	1.880.392	-81,46%	-1.586.233
Lucro Líquido	258.053	1.294.407	-80,06%	-1.036.354
Patrimônio Líquido Controladora	977.096	829.002	17,86%	148.094

Em relação ao desempenho das Companhias Controladas, destaca-se o expressivo resultado da CEB Lajeado, que alcançou em 2022 o maior lucro de sua história, atingindo a marca de R\$ 144,2 milhões.

Em relação à atividade de Iluminação Pública, a Companhia Energética de Brasília trabalhou, em 2022, em ações estruturantes para viabilizar a atuação da CEB Iluminação Pública e Serviços como gestora operacional da manutenção, expansão e efficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

O parque de IP é composto atualmente por 369.355 luminárias, das quais 106.708 são luminárias LED, representando um total de aproximadamente 29% do parque efficientizado.

Com o objetivo de possibilitar a outorga da concessão da prestação do serviço público de energia elétrica à CEB, desta forma, possibilitar o equacionamento dos recursos necessários para realizar os

investimentos necessários para atingir a eficiência energética parque de iluminação pública do DF, com 100% de suas luminárias sendo substituídas por LED até 2026, foi enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei n.º 3.069/2022, que dispõe sobre a prestação dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal, propondo que seja regulada expressamente a outorga da prestação dos serviços de iluminação pública à CEB, diretamente ou por meio de suas controladas ou subsidiárias, utilizando-se o modelo de concessão em tudo que lhe for cabível, para melhor disciplinar a relação entre titular e prestador. O referido Projeto de Lei se encontra em tramitação na CLDF, em regime de urgência, já tendo ocorrido debates sobre a matéria em âmbito de Comissão Geral no plenário daquela Casa Legislativa.

Com a proposta de concessão, a Companhia Energética de Brasília poderá fazer os investimentos necessários para atingir a eficiência energética no parque de iluminação pública do DF, com 100% de suas lâmpadas sendo substituídas por lâmpadas em LED.

Esse projeto de efficientização do parque de iluminação pública distrital, além de melhorar a segurança no Distrito Federal, mitigando os índices de violência, furtos e outros crimes que serão coibidos com a iluminação de melhor qualidade proporcionada pelas luminárias LED, gerará uma economia de pelo menos 50% do atual gasto do parque de iluminação pública distrital com energia elétrica, como também a redução do custo de manutenção, gerando as condições financeiras necessárias para que o Poder Concedente possa remunerar a CEB pelo serviço prestado no período da concessão, prevista para durar 30 anos.

Certos de que o ano de 2022 foi um ano em que a companhia deu continuidade ao seu processo de evolução institucional, no sentido de tornar-se uma empresa mais transparente, eficaz e eficiente em todos os seus campos de atuação, a CEB agradece aos seus, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, e reafirma seu compromisso de continuar prestando serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

Presidente do Conselho de Administração

Cenário Macroeconômico:

O cenário de instabilidade econômica ocorrido nos últimos anos, permaneceu em 2022. Cicatrizando as feridas causadas pela pandemia e os impactos econômicos advindas da mesma, o ano em questão demonstrou uma ligeira retomada e reabertura econômica aquém do esperado, devido a diversas tensões.

Cercado por choques internos e externos, o ano de 2022 começa no cenário geopolítico, com a invasão da Rússia ao território Ucrainiano, tal confronto propiciou uma crise de oferta em relação a diversas *commodities*, das quais destacou-se o petróleo. Sendo um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, as sanções impostas pelo EUA e pela União Europeia à Rússia devido a guerra, provocaram aumento do preço do petróleo e, juntamente com a Política de Paridade de Preço adotada pela Petrobras em 2016, a *commodity* e seus derivados, como o diesel, a gasolina e o gás de cozinha aumentaram de forma bastante significativa no Brasil.

Logo, pressionada pela alta no preço dos combustíveis, o IPCA atingiu a marca máxima de 12,13% a.a. em abril de 2022. Contudo, o índice encerrou-se em 5,79% a.a. em dezembro do mesmo ano devido ao aumento da taxa de juros, principal instrumento do Banco Central no controle inflacionário, que em reuniões consecutivas elevou a Selic para 13,75%a.a., ante os 9,25%a.a. do final de 2021.

Para o nível de emprego houve uma evidente retomada. A taxa de desemprego que operava em alta e em 2021 atingiu 13,2%, alcançou em 2022 o percentual de 9,3%. A má notícia aparece na qualidade desta retomada, que está amparada pelo aumento do trabalho informal e na redução dos salários dos trabalhadores.

O Produto Interno Bruto (PIB) de 2022, apresentou um crescimento 2,9%. O setor de serviços, que cresceu teve grande participação na composição deste resultado. Justificado pela plena reabertura da economia teve, dentre outros, o turismo como um destaque. O setor de comércio cresceu apenas 1,0% em 2022, e a indústria encerrou o ano com um tímido avanço de 1,6%.

No que tange o setor elétrico, a inovação veio à tona, desenhando novos horizontes e novas possibilidades. Assim, apesar das adversidades, o ano de 2022 estendeu a atenção para a abertura do Mercado Livre de Energia, que cresceu 10,6% em relação a 2021, como também para a mudança da matriz energética com base na utilização de combustíveis e processos mais limpos, sustentáveis e eficientes, por meio da geração de energia renovável com destaque para a energia solar e para o hidrogênio verde.

Desta forma, a migração para o Mercado Livre de Energia visa modernizar o campo de negociações, impulsionando o alcance da rede de energia do ambiente regulado, com intermédio da Aneel, para o ambiente livre, com acordos bilaterais das empresas consumidoras entre as geradoras ou comercializadoras de energia.

No tocante à energia renovável, a “taxação do sol”, denominação dada ao encerramento do subsídio deferido pelo governo a quem produz a própria energia e consome da rede em períodos de baixa produção energética pautou os noticiários no ano de 2022. De modo semelhante, o Hidrogênio Verde oriundo de fontes de energia limpas e renováveis foi discutido durante a COP27 como o “Combustível do Futuro”.

Neste contexto, o setor adequou-se a diversas medidas, destacando-se: (i) a Portaria Normativa N° 50/GM/MME que altera as regras de compra de energia para determinado tipo de consumidor no Mercado Livre; (ii) o Marco Legal da Geração de Distribuída (Lei n° 14.300/2022) em razão da energia gerada próxima às unidades consumidoras; (iii) a avaliação de uma possível liderança brasileira na produção de Hidrogênio Verde, destacando a relevância do país durante a COP27, bem como o setor de energia brasileiro que pode apostar nesta produção no anos seguintes.

No mais, o volume de chuvas que estava baixo nos últimos anos, apresentou uma recuperação consistente no primeiro semestre do ano que findou, dando um pequeno desafio na crise hídrica, propiciando o

fim da bandeira de escassez hídrica, mas que ainda deixa sequelas em relação aos empréstimos autorizados pelo governo para cobrir os impactos financeiros da crise hídrica de 2021.

Perfil da Companhia:

A Companhia Energética de Brasília – CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz – DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 – ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A..

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Em 2020, por meio de cisão da CEB Distribuição S/A, a Companhia autorizou a criação da subsidiária integral CEB Iluminação Pública e Serviços S/A (“CEB IPES”), concebida com o objetivo de garantir o funcionamento das demais empresas do grupo sem que houvesse descontinuidades pela privatização da CEB DIS. Desta forma, a CEB IPES recebeu parte do pessoal e de patrimônio não vinculado à concessão da CEB DIS, e atua primordialmente no setor de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Assim, atualmente a Companhia prioriza e foca suas atividades nos segmentos de geração de energia e na prestação de serviços de iluminação pública do Distrito Federal.

Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 – SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE homologou o aumento de capital da CEB em R\$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Em 14 de outubro de 2021, por meio da 106ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 1:5. Desta forma, o valor integralizado do capital social da CEB, no montante de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Ações Totais	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
<i>Distrito Federal</i>	33.476.615	93,20	24.296.600	67,19	57.773.215	80,15
<i>Outros Acionistas</i>	2.444.275	6,80	11.864.425	32,81	14.308.700	19,85
Total	35.920.890	100,00	36.161.025	100,00	72.081.915	100,00

Evolução do preço das ações da CEB

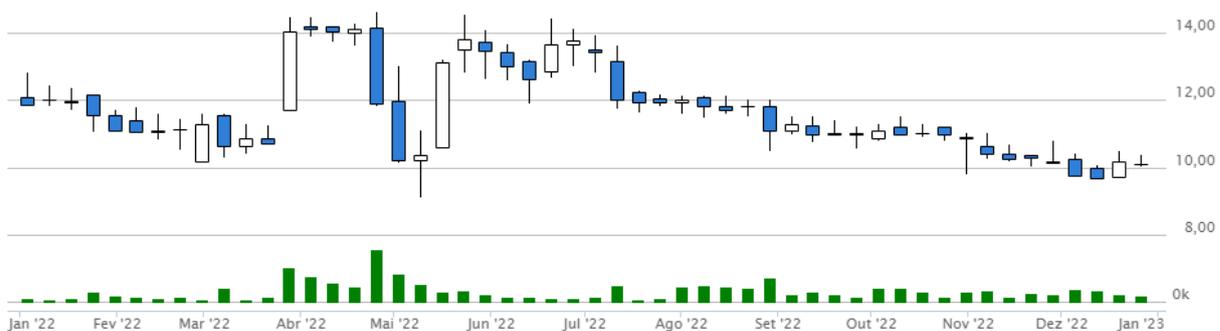
CEBR3 (ON)



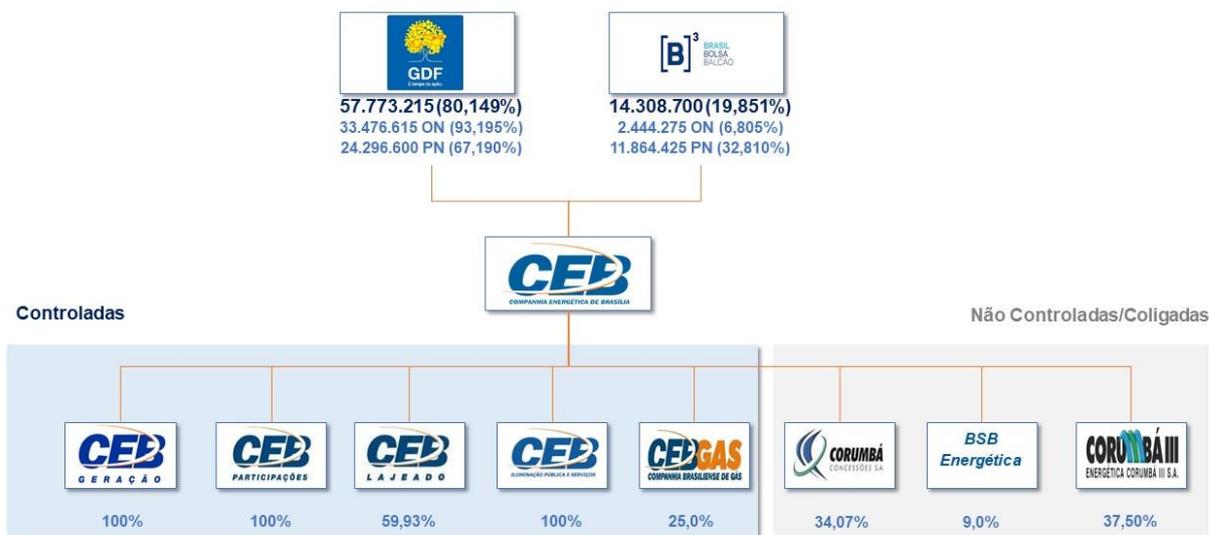
CEBR5 (PNA)



CEB6 (PNB)



Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros Consolidado

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	367.050	389.307	-5,72%	-22.257
Receita Operacional Líquida	322.217	343.088	-6,08%	-20.871
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	364.868	1.932.208	-81,12%	-1.567.340
EBITDA (LAJIDA)	294.159	1.880.392	-81,46%	-1.586.233
Lucro Líquido	258.053	1.294.407	-80,06%	-1.036.354
Patrimônio Líquido Controladora	977.096	829.002	17,86%	148.094

Em 2022 a Receita Operacional Líquida apresentou redução de 5,72% em relação a 2021, justificada, substancialmente, pela expressiva redução da Receita de Energia de Curto Prazo, decorrente da redução do preço de liquidação das diferenças.

O Lucro Líquido Consolidado atingiu R\$ 258.053 mil no exercício de 2022, representando uma redução de R\$ 1.036.354 mil, em relação ao realizado ao ano anterior (-80,06%), decorrente da alienação da participação acionária da CEB Distribuição, em 2021, numa operação de R\$2.515.000 mil, na qual resultou, à época, numa receita não operacional de R\$ 1.706.162 mil.

O Lucro Líquido apurado da Controladora foi de R\$ 196.342 mil, dos quais a Companhia propõe a destinação de 60% a título de distribuição de dividendos, no montante de R\$ 111.915 mil. Assim, se aprovada pela AGO, a Companhia pagará a cada ação ordinária (CEBR3) R\$ 1,49136978222, a cada ação preferencial classe A (CEBR5) R\$ 1,49136978222 e a cada ação preferencial classe B (CEBR6) R\$ 1,64050676044.

Negócios da Companhia:

Empresas Controladas

CEB Geração S.A.

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital N° 2.648, de 26/12/2000 e é responsável pela prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, conforme Portaria N° 190, de 20 de abril de 2020, do Ministério de Minas e Energia. Em 10 de dezembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da PCH Paranoá pelo prazo de 30 anos. Com a celebração do referido Termo Aditivo o prazo de vigência da concessão findará em 29 de abril de 2050.

A empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina do Paranoá e por outros empreendimentos de geração que vier participar, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2022	2021 Reapresentado	Δ 2022/2021
Receita Operacional Bruta	15.304	12.663	20,86%
Receita Operacional Líquida	12.014	8.918	34,72%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	5.564	5.775	-3,65%
EBITDA (LAJIDA)	291	1.789	-83,73%
Lucro Líquido	4.003	4.945	-19,05%
Patrimônio Líquido	33.937	31.176	8,86%

Durante o exercício de 2022, a CEB Geração S/A foi responsável pela Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Paranoá, obtendo sua receita operacional por meio de tarifa pública (Receita Anual de Geração – RAG) homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da sua usina. A receita operacional líquida da Companhia, em 2022, totalizou R\$ 12.014 mil, com aumento de 34,72% em relação ao ano de 2021 (Reapresentado)

A receita operacional líquida da Companhia, em 2022, totalizou R\$ 12.014 mil, com aumento de 34,72% em relação ao ano de 2021 (Reapresentado). A Reapresentação das Demonstrações Financeiras foram necessárias para a adequação das normas e procedimentos decorrentes da Prorrogação do Contrato de Concessão da UHE Paranoá em regime de cotas. Nesse sentido, foi adotado novo modelo de reconhecimento de Ativo, o ICPC 01 (R1), aplicável aos contratos de concessão público-privado.

Do ponto de vista das principais despesas operacionais, em 2022 ocorreu um aumento de 29,56% na rubrica de serviços de terceiros, motivados pelos reajustes contratuais legais, que nos anos anteriores foram fortemente reduzidos mediante negociação com os Contratados, e, principalmente, pelas novas contratações relacionadas com a manutenção da Usina e da Barragem Paranoá

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (em fase pré-operacional)

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília, tem como principal objeto a atuação como prestadora de serviços associados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo o atendimento de necessidades específicas de empresas pertencentes ao Grupo CEB e de órgãos integrantes da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal.

Desse modo espera-se alcançar o desenvolvimento de um segmento de negócio dentro de sua especialidade de atuação, estabelecendo uma estrutura de capital adequada, que vise proporcionar ao mercado maior visibilidade quanto à performance da companhia, quanto à alocação de recursos e quanto à sua estratégia de investimento.

A Companhia não iniciou suas atividades operacionais, e, desta forma, apesar de já possuir instrumentos financeiros, não tem registro de ingressos de receitas de prestação de serviços, somente de receitas de alugueis, rendimentos de aplicações financeiras e de ganho obtido com a alienação de terrenos.

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 12.659 mil neste ano, relativo ao ganho de R\$ 23.459 gerado pelo título de crédito a receber constante da cessão de crédito oriunda da Cisão Parcial ocorrida na CEB Distribuição.

A CEB IPES apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 10.458 mil em 2022 e R\$ 862 mil em 2021. Essa variação deve-se ao aumento do rendimento de aplicações. O acréscimo das aplicações financeiras decorre do recebimento de R\$ 212,9 milhões oriundos do crédito junto à Terracap, sendo R\$ 135,9 milhões em 2022 e R\$ 77 milhões em 2021.

CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos termos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997, perdurando inicialmente até 15 de dezembro de 2032, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item “Comercialização de Energia” deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular.

A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

Em 2022, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de aproximadamente 12% de toda a demanda utilizada pela Concessionária de Energia Elétrica no Distrito Federal

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ 2022/2021
Receita Operacional Bruta	252.857	273.653	-7,60%
Receita Operacional Líquida	221.061	240.925	-8,24%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	228.324	129.053	76,92%
EBITDA (LAJIDA)	219.744	130.892	67,88%
Lucro Líquido	144.207	79.740	80,85%
Patrimônio Líquido	387.908	336.300	15,35%

A Receita Operacional Bruta em 2022 obteve um resultado menor, conforme relatado acima, em virtude das operações no mercado de energia elétrica, com uma queda em 7,60% em relação, corroborada por questões mercadológicas, climáticas e com a variação do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD em baixa, tendo uma média anual R\$58,99.

Em relação ao lucro antes dos tributos houve um aumento considerável na ordem de R\$99.271, reflexo do bom desempenho das operações da Companhia conforme mencionado nos itens anteriores, os tributos relativos ao lucro (IRPJ/CSLL), ocorreu um aumento considerável na ordem de 68,33% na despesa com impostos, o imposto corrente registrou R\$51.885 mil e deverá ser pago no primeiro trimestre de 2022, além do reflexo da repactuação do risco hidrológico, acrescido do mercado de energia aonde foi contabilizado R\$16.209 mil, este está sendo diferido e estará sendo pago durante toda a realização do lucro.

Os lucros para distribuição, após a dedução das partes beneficiárias, sofreram uma considerável elevação chegando ao montante de R\$ 144.207 mil em 2022, frente aos R\$ 79.740 mil em 2021, crescimento de 80,85%, registrando o maior lucro de sua história.

CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF, nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cotaparte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unai/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5355% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, pelas aplicações financeiras e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ 2022/2021
Receita Operacional Bruta	23.534	23.472	0,26%
Receita Operacional Líquida	21.824	21.823	0,00%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	23.330	17.304	34,82%
EBITDA (LAJIDA)	21.954	17.228	27,43%
Lucro Líquido	21.658	16.198	33,71%
Patrimônio Líquido	33.572	33.572	1,46%

A receita da Companhia manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa (R\$ 22.292 mil), complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB (R\$ 1.242 mil), pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. (R\$ 1.877 mil) e pelas aplicações financeiras (R\$2.571 mil).

Companhia Brasileira de Gás

A Companhia Brasileira de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Atualmente, a Companhia explora a distribuição de gás veicular, em montantes limitados que tem impossibilitado a apuração de resultados favoráveis.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A CEB é controladora da Companhia Brasileira de Gás, com 56,25% das ações ordinárias e 25% do total das ações..



O principal desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, de forma que, enquanto as iniciativas de implantação desta infraestrutura não se materializarem, a solução utilizada para a antecipação da oferta ao mercado é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito é suprido para a Companhia Brasileira de Gás pela empresa GNL Gemini Logística e Comercialização de Gás Ltda – Gemini, uma sociedade formada pelas empresas White Martins, Petrobrás e a Gaspetro.

A CEBGAS continuou em 2022 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal

dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Essa é uma importante alternativa para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

Empresas Coligadas

Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo CEB no capital social da Empresa é de 34,07%, sendo 32,53% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ 2022/2021
Receita Operacional Bruta	289.250	244.561	18,27%
Receita Operacional Líquida	279.709	235.634	18,70%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	183.204	122.691	49,32%
EBITDA (LAJIDA)	205.007	151.266	35,53%
Lucro Líquido	121.345	81.168	49,50%
Patrimônio Líquido	462.560	412.743	12,07%

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresenta resultados excelentes nos mais variados aspectos econômicos, financeiros e técnicos. Como será detalhado adiante, a Companhia fechou o ano com lucro líquido de R\$ 121.345 sendo o maior valor de toda a sua série desde 2006, e atendemos tecnicamente a todos os padrões de qualidade de geração esperados para empresas similares do Setor. O Contrato de Compra e Venda de Energia – CCVE foi integralmente cumprido e seus valores foram corrigidos pelo índice contratual (IGPM). O “ROE” (return over equity) encerrou o ano em 26,2%, no contexto de um balanço livre de dívidas (debêntures quitadas) e com índice de Liquidez Corrente perto de 2. Os valores de EBITDA e Lucro Líquido realizados foram melhores que o orçamento para esse ano.

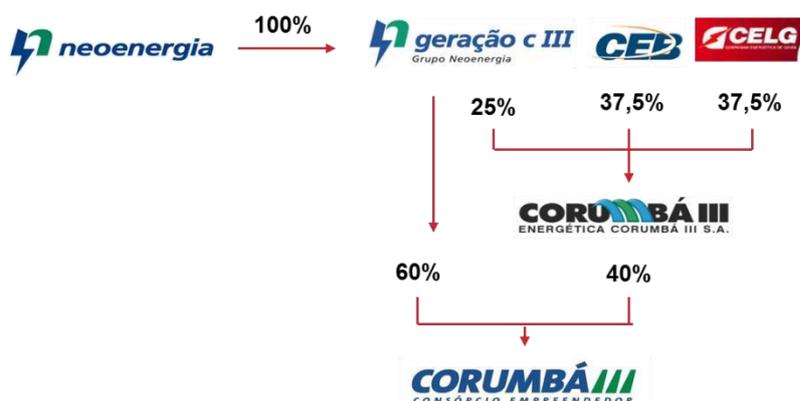
Foram pagos em 2022 R\$ 67.711 a título de Dividendos (vis a vis a conta de reservas de lucros a realizar), sendo o maior “pay out” da série histórica desde 2006.

As despesas operacionais (OPEX) gerenciais (fora obra jusante, compra de energia e despesas regulatórias) se situaram em cerca de 8,7% do faturamento bruto sendo um dos menores percentuais até a data. Até mesmo as despesas do resultado financeiro foram melhores que 2021 e 2020. O resultado financeiro foi, em 2022, metade do observado em 2021 e menos de um terço das mesmas, em 2020. Apesar do aumento da SELIC em 2022, o IGPM (que afeta a Outorga) desses anos foram menores que 2021 e as receitas financeiras foram muito superiores dado maior disponibilidade de caixa. O descolamento dos valores do IGPM não afetou negativamente a Companhia, na medida em que seus contratos com fornecedores foram renegociados e a maior parte das despesas regulatórias são indexadas pelo IPCA. As metas são postas e na maioria das vezes superadas através de um intenso trabalho de equipe. Em sentido positivo registramos correção do CCVE em cerca de 14,8%.

Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2022	2021	Δ 2022/2021
Receita Operacional Bruta	76.370	65.868	15,94%
Receita Operacional Líquida	71.892	62.095	15,78%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	49.244	42.531	15,78%
EBITDA (LAJIDA)	53.962	47.172	14,39%
Lucro Líquido	45.124	40.659	10,98%
Patrimônio Líquido	200.391	207.038	-3,21%

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à Neoenergia Brasília, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

A Receita Operacional Bruta atingiu o montante de R\$ 76,37 milhões no final do período em análise, contra R\$ 65,87 milhões do mesmo período de 2021, significando um crescimento de 15,94%, decorrente do reajuste e da sazonalização do contrato de fornecimento com a Neoenergia Brasília.

Empresa Ligada

BSB Energética S.A.

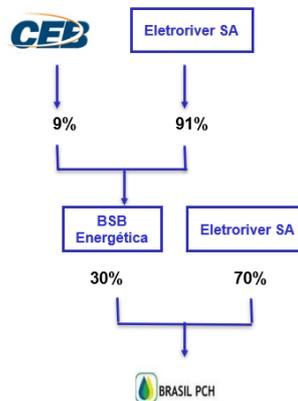
A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A..

A Brasil PCH S.A. possui 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 30% do capital.

A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

Organização Societária



A BSB Energética S.A. é uma empresa holding pura, que recebe dividendos da Brasil PCH, companhia que controla 13 Sociedades de Propósito Específico – SPEs de geração hidrelétrica. Sua receita, portanto, é exclusivamente decorrente do recebimento da distribuição de resultados;

Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado:

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Bruta consolidada apurada no ano de 2022 totalizou R\$ 367.051 mil, sendo R\$ 22.256 mil inferior (-5,72%) à receita obtida no ano de 2021, que foi de R\$ 389.307 mil.

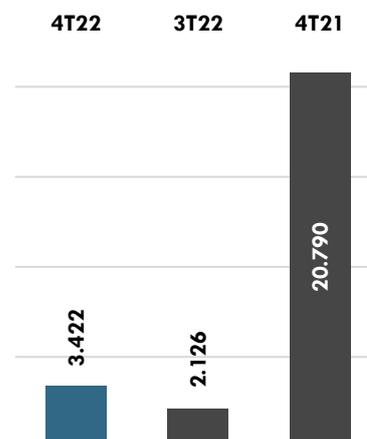
A Receita Operacional Líquida Consolidada da CEB, no 4º trimestre de 2022, variou positivamente 5,45% (+4.382) em relação ao trimestre anterior. Em relação ao acumulado do ano a ROL da Companhia reduziu 6,08%, passando de R\$ 343.088 em 2021 para R\$ 322.218 em 2022. Apresentamos a seguir o detalhamento das principais rubricas que compõe a receita operacional líquida:

	2022	2021	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Energia Elétrica de Curto Prazo	7.782	70.433	-62.651	-88,95%
Receita de Prestação de Serviços	65.222	71.686	-6.464	-9,02%
Suprimento de Energia	281.093	237.228	43.865	18,49%
Receita de Venda de Gás	12.954	9.960	2.994	30,06%

	4T22	3T22	4T21	Δ% (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR\$ (TRIM.)	ΔR\$ (ANO)
Energia de Curto Prazo	3.422	2.126	20.790	60,96%	-83,54%	1.296	-17.368
Receita de Prestação de Serviços	15.305	17.291	22.622	-11,49%	-32,34%	-1.986	-7.317
Suprimento de Energia	73.982	68.420	68.719	8,13%	7,66%	5.562	5.263
Receita de Venda de Gás	2.330	2.659	3.826	-12,37%	-39,10%	-329	-1.496
Receita Operacional Bruta	95.039	90.496	115.957	5,02%	-18,04%	4.543	-20.918
Impostos	-547	-697	-982	-21,52%	-44,30%	150	435
Contribuições	-8.864	-7.698	-11.095	15,15%	-20,11%	-1.166	2.231
Encargos do Consumidor	-2.897	-1.676	-2.279	72,85%	27,12%	-1.221	-618
Deduções da Receita Operacional Bruta	-12.308	-10.071	-14.356	22,21%	-14,27%	-2.237	2.048
Receita Operacional Líquida	84.807	80.425	101.601	5,45%	-16,53%	4.382	-16.794

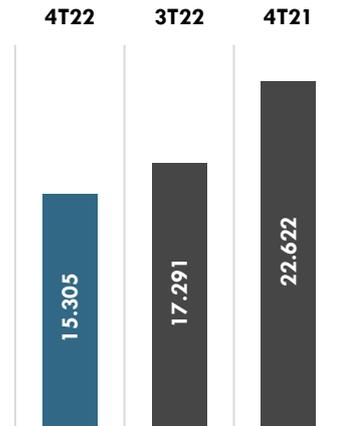
ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 4T22 registrou uma significativa redução em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (-R\$ 17.368, -83,54%). No acumulado do ano houve uma variação negativa de -88,95%, passando de uma receita de R\$ 70.433 em 2021 para R\$ 7.782 em 2022. Esta redução de receita justifica-se, principalmente, se deve pela sazonalização na geração de energia, pela redução do preço das liquidações das diferenças e por estratégias adotadas pela comercialização da Companhia.



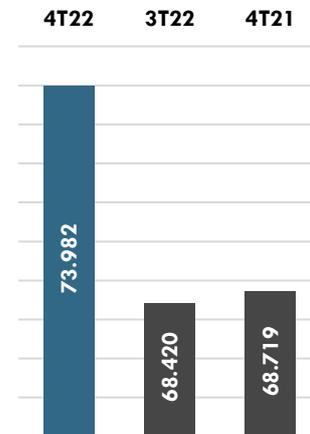
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 4T22, tal receita apresentou uma redução de R\$ 1.986 (-11,49%), decorrente da diminuição no volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 3T22. No acumulado do ano a redução percebida foi de 9,02%, passando de R\$ 71.686 em 2021 para R\$ 65.222 em 2022.



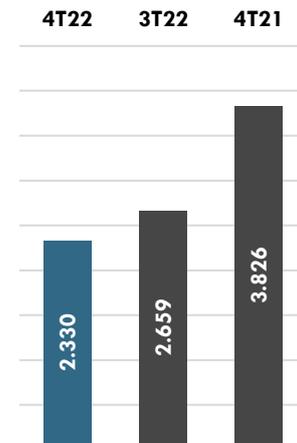
SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 4T22 alcançou R\$ 73.982, (+8,13%) elevando o patamar da receita apurada no 3T22 (R\$68.420). Em relação ao acumulado do ano a variação positiva foi de 18,49%, evoluindo de R\$ 237.228 em 2021 para R\$ 281.093 em 2022, justificada pela recuperação da demanda de energia pelo mercado consumidor.



RECEITA DE VENDA DE GÁS

A receita de Venda de Gás no 4T22 registrou uma redução de R\$1.496 em relação ao 4T21 (-39,10%). Contudo, em relação ao acumulado do ano foi apurado um aumento de 30,06%, passando de R\$ 9.960 em 2021 para R\$ 12.954 em 2022 justificada pela demanda do mercado consumidor.



Os custos e despesas operacionais consolidados em 2022 totalizaram R\$ 193.470 mil, correspondente a uma redução de R\$ 28.617 mil (12,89%), em relação ao montante registrado em 2021.

As principais variações dos custos e despesas operacionais constam no quadro seguinte:

	2022	2021	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Custo com Serviço de Energia Elétrica	-29.152	-88.622	59.470	-67,11%
Custo da Operação	-57.343	-39.870	-19.758	49,56%
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	-49.489	-47.781	-1.708	3,57%
Despesas Gerais e Administrativas	-55.201	-46.653	-8.548	18,32%

CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	4T22	3T22	4T21	Δ% (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR\$ (TRIM.)	ΔR\$ (ANO)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	-3.368	-3.168	-20.000	6,31%	-83,16%	-200	16.632
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-5.197	-5.186	-4.763	0,21%	9,11%	-11	-434
Amortização do Risco Hidrológico	690	-1.386	-346	-	299,42%	2.076	1.036
Total	-7.875	-9.740	-25.109	-19,15%	-68,64%	1.865	17.234

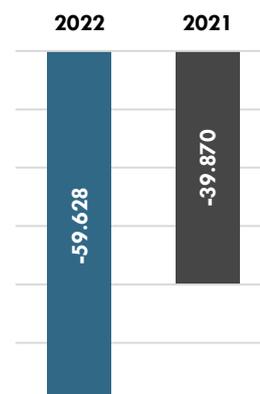
O custo com serviço de energia elétrica em 2022 variou negativamente 67,11% quando comparado com o ano anterior. No 4T22 o custo apurado foi equivalente a R\$ 7.875, sendo 68,64% inferior ao verificado no mesmo trimestre do ano anterior. Este comportamento deve-se substancialmente ao custo de energia elétrica comprado pra revenda no mercado de curto prazo que assim como a receita apresentou grande variação negativa (-83,16%).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	4T22	3T22	4T21	Δ% (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR\$ (TRIM.)	ΔR\$ (ANO)
Pessoal e Administradores	-14.697	-9.394	-7.935	56,45%	85,22%	-5.303	-6.762
Serviço de Terceiros	-12.655	-11.691	-13.783	8,25%	-8,18%	-964	1.128
Depreciação e Amortização (Provisão)	-2.389	-2.191	-3.503	9,04%	-31,80%	-198	1.114
Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.341	-1.129	-801	107,35%	192,26%	-1.212	-1.540
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-10.285	-10.786	-5.915	-4,64%	73,88%	501	-4.370
Material	-2.816	-4.050	-4.924	-30,47%	-42,81%	1.234	2.108
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	8.057	-2.227	-3.218	-461,8%	-350,4%	10.284	11.275
Total	-34.841	-41.468	-40.079	-15,98%	-13,07%	6.627	5.238
Classificação:							
Custo da Operação	-9.723	-14.470	-11.817	-32,81%	-17,72%	4.747	2.094
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	-13.082	-11.691	-14.197	11,90%	-7,85%	-1.391	1.115
Despesas Gerais e Administrativas	-12.036	-15.307	-14.065	-21,37%	-14,43%	3.271	2.029

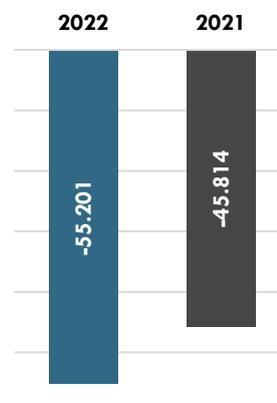
CUSTO DA OPERAÇÃO

O Custo da Operação acumulado no ano de 2022 foi de R\$ 59.628 mil, representando um acréscimo de 43,82% em relação ao acumulado do ano anterior. Este significativo acréscimo é justificado principalmente pelo reembolso de custos operacionais contratuais do arrendamento pago pela CEB Lajeado à Investco.



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas acumulada no ano de 2022 foi de R\$ 55.201 mil, representando um acréscimo de 20,49% em relação ao acumulado do ano anterior (R\$ 45.814 mil). Este acréscimo deve-se ao aumento das despesas de pessoal e administradores, que no ano de 2022 saltaram de R\$ 28.738 mil para R\$ 41.721 mil.



RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro acumulado no ano de 2022 foi de R\$ 80.489 mil (R\$ 53.303 mil em 2021), ocorrendo portanto, uma variação absoluta positiva de R\$ 52.503 mil.

	2022	2021	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Receitas Financeiras	81.817	55.366	26.451	47,77%
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	1.323	911	412	45,23%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	65	187	-122	-65,24%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	193		193	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	80.039	54.326	25.713	47,33%
Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	4.665	57.577	-52.912	-91,90%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio		-54.623	54.623	-100,00%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-4.541	-3.177	-1.364	42,93%
Outras Receitas Financeiras	73	165	-92	-55,76%
Despesas Financeiras	1.329	2.363	-1.034	-43,76%
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	-421	-382	-39	10,21%
Encargos de Dívidas		-1.003	1.003	-100,00%
	-787		-787	
Outras Despesas Financeiras	-121	-978	857	-87,63%
Resultado Financeiro	80.488	53.003	27.485	51,86%

	4T22	3T22	4T21	Δ% (TRIM.)	Δ% (ANO)	ΔR\$ (TRIM.)	ΔR\$ (ANO)
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	287	368	143	-22,01%	100,70%	-81	144
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	18	27	97	-33,33%	-81,44%	-9	-79
Rendimentos de Aplicações Financeiras	21.611	17.842	16.369	21,12%	32,02%	3.769	5.242
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	2.530	-	1.208			2.530	1.322
Ajuste a Valor Presente - AVP	193	-	-			193	193
Outras Receitas Financeiras	-69	37	39	-286,49%	-276,92%	-106	-108
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-1.966	-767	-1.436	156,32%	36,91%	-1.199	-530
'Receitas Financeiras	22.604	17.507	16.420	29,11%	37,66%	5.097	6.184
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	-247	-105	-11	135,24%	2145,45%	-142	-236
Encargos de Dívidas	-	-	-2		-100,00%	-	2
Ajuste a Valor Presente - AVP	-787	-	-			-787	-787
Outras Despesas Financeiras	707	-264	-565	-367,80%	-225,13%	971	1.272
Despesas Financeiras	-327	-369	-578	-11,38%	-43,43%	42	251
Resultado Financeiro	22.277	17.138	15.842	29,99%	40,62%	5.139	6.435

O Resultado Financeiro, no 4T22, foi de R\$ 22.277 mil, frente a um resultado financeiro de R\$ 17.138 mil registrado no 3T22 (+29,99%). No acumulado do ano o Resultado Financeiro cresceu 51,86%, passando de R\$ 53.003 mil em 2021 para R\$ 80.488 mil. As variações mencionadas, no trimestre e no ano, são justificadas, principalmente, pelos efeitos dos rendimentos de aplicações financeiras.

RESULTADO DO PERÍODO CONSOLIDADO

	4T22	3T22	4T21	ΔR\$ (TRIM.)	ΔR\$ (ANO)
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Período	62.283	50.372	75.752	11.911	-13.469
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	21.901	17.148	8.085	4.753	13.816
(-) Resultado Financeiro	-22.279	-17.138	-15.841	-5.141	-6.438
(+) Depreciação /Amortização	2.389	2.191	3.503	198	-1.114
EBITDA	64.294	52.573	71.499	11.721	-7.205
Margem Líquida	75,28%	62,63%	74,56%		
Margem EBITDA	77,71%	65,37%	70,37%		

O Resultado Consolidado no 4T22 foi lucro líquido de R\$ 62.283 mil (o resultado foi positivo em R\$ 50.372 mil no 3T22 e R\$ 75.752 mil no 4T21), representando uma variação de R\$ 11.911 mil em relação ao trimestre anterior. No acumulado do ano, foi apurado um líquido consolidado de 258.053, dos quais R\$ 196.342 mil são atribuídos aos acionistas controladores e R\$ 61.711 mil aos acionistas não controladores.

O EBITDA Consolidado apurado no 4T22 foi de R\$ 64.294 mil (R\$ 52.573 no 3T22), representando uma variação positiva de R\$ 11.721 mil na comparação com o trimestre anterior, justificado pelo Resultado de Equivalência Patrimonial verificado no período. O EBITDA acumulado no ano foi equivalente a R\$278.136 mil (R\$1.880.392 em 2021).

A Margem EBITDA Consolidado no 4T22 foi de 88,44%, apresenta significativa elevação com a apurada em 3T22 de 65,37%. Ao analisarmos o acumulado no ano, a margem EBITDA alcançou 76,30% em 2022.

Distribuição do Valor Adicionado

Em 2022, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R\$ 476.880 mil, com redução de 76,76% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R\$ 32.252 mil foram destinados aos Empregados (6,76%); R\$ 126.275 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (26,48%); R\$ 60.300 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (12,64%); e R\$ 258.053 mil à Remuneração de Capital Próprio (54,11%).

Investimentos

Os principais investimentos realizados pela CEB, em 2022 foram relacionados com a manutenção e segurança da Barragem Paranoá e produção de energia da UHE Paranoá.

Gestão de Pessoas:

A CEB tem como missão agregar valor ao processo de desenvolvimento regional, por meio de soluções de energia e serviços correlatos diferenciados pelo profissionalismo e pela excelência na prestação de serviços. E, para manter a excelência de sua missão se faz necessário o investimento no seu capital humano.

Os principais projetos da área de Gestão de Pessoas em 2022, resultaram da implantação das Políticas de Gestão de Pessoas como o Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

As políticas estão alinhadas com as principais tendências Environmental, Social and Governance – ESG, em especial o Social com treinamento da força de trabalho e ações de saúde e segurança dos empregados, a preocupação com a comunidade e a promoção do bem-estar no meio ambiente de trabalho.

A ações de sensibilização e comunicação interna, promovidas pela área de Gestão de Pessoas, durante o processo de transição dos planos de previdência complementar e saúde da FACEB para a Fundiagua, corroboraram para uma comunicação transparente e para o engajamento dos empregados.

A sinergia gerada com essas práticas, resultou na ascensão do senso de pertencimento, na confiabilidade na alta administração, que refletiram ainda que discretos, mas não menos contributivos, em um clima organizacional harmônico e na rentabilidade econômica da Companhia.

Com relação ao capital humano, a empresa CEBHOLDING em dezembro de 2022, contou com 63 pessoas, a saber:

- 30 empregados requisitados da CEB IPES;
- 04 servidores requisitados do GDF;
- 15 empregados em comissão;
- 14 estagiários em atendimento ao papel social da empresa.

O capital humano da CEB IPES, em dezembro de 2022, contou com 50 pessoas, sendo:

- 39 empregados lotados na CEB IPES;
- 02 servidores requisitados do GDF;
- 01 servidor requisitado de órgão federal;
- 06 empregados em comissão;
- 02 jovens aprendizes em atendimento ao papel social da empresa.

Do total de 81 empregados públicos da CEB IPES:

- 39 se encontram no quadro de pessoal da CEB IPES, citados acima;
- 30 cedidos para a Companhia Energética de Brasília – CEB;
- 04 cedidos para a CEB Geração;
- 02 cedidos para a CEB Lajeado;
- 04 empregados com contrato suspenso em razão de licença sem remuneração;
- 02 para outros órgãos, com ônus para o órgão cessionário/requisitante;

Em 2021 a CEB IPES recebeu 02 pedidos de demissão de empregados públicos.

Como desdobramento das Políticas de Gestão de Pessoas citadas destacam-se:

Treinamento e Desenvolvimento Humano

- O primeiro Programa de Desenvolvimento de Lideranças, realizado para os empregados ocupantes dos cargos de gerência, coordenação e supervisão;
- Instituição e capacitação da equipe Comissão Interna de Prevenção e Acidentes - CIPA;
- Capacitação no âmbito funcional para as equipes de BackOffice sobre gestão e fiscalização de contratos e secretaria de governança.

Do total de cursos e treinamentos realizados, temos como resultados:

5.1 AVALIAÇÃO DE REAÇÃO (ÍNDICE DE SATISFAÇÃO)	
PREVISTO PARA 2022 (META)	REALIZADO
90%	91%
101%	
5.2 TOTAL GERAL DE HORAS	
PREVISTO PARA 2022 (META)	REALIZADO
1 500 HORAS	1 992 HORAS
133%	
5.3 HORA HOMEM DE TREINAMENTO	
PREVISTO PARA 2022 (META)	REALIZADO
20 HORAS	24,43 HORAS
122%	



Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL

Qualidade de Vida no Trabalho

- Ações de integração como aniversariantes do mês, páscoa, realização, de prevenção e cuidados com a saúde física e mental como vacinação, outubro rosa, novembro azul, acolhimento e escuta ativa;
- Ações de valorização da mulher no ambiente de trabalho e seus diversos papéis na sociedade e ações de cuidados com a saúde física e mental;
- Ações sociais com a arrecadação de agasalhos e cobertores de doação de brinquedos para crianças em vulnerabilidade social, de doação de produtos de higiene pessoal para moradores de rua.

Principais ações de Qualidade de Vida no Trabalho

Ação	Evidências
<ul style="list-style-type: none"> Aniversariantes do mês 	 <p><i>Aniversariantes do mês</i></p> <p><i>Desejamos boas energias para começar este novo ciclo e uma celebração repleta de alegrias.</i></p> <p>1 - FABIANO LARA GOMES (EMER) - 2018 (M); 2 - FREDERICO AUGUSTO DE SOUZA (EMER) - 2018 (M); 3 - SANDRINA DE ABREU BRUNO (CEB) - 2018 (M); 4 - EDUARDO BRUNO GOMES DE SOUZA (EMER); 5 - ANDRÉIA CARNEIRO VIEIRA (CEB) - 2018 (M); 6 - ANTONIO PRINCE DA SILVA JUNIOR (CEB) - 2018 (M); 7 - ANDRÉIA DE BRAGA MENEZES BAIXI (CEB) - 2018 (M); 8 - ANA SOFIA SOARES DE SOUZA (CEB) - 2018 (M); 9 - CLEONICE MARIA DE OLIVEIRA LO PRADO - CEB (HOLANDA)</p> <p>CEB COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ações de prevenção ao COVID e Influenza 	 <p>Fique LIGADO</p> <p>A PANDEMIA NÃO ACABOU! CONTINUE COM AS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA SAÚDE E SEGURANÇA DE TODOS.</p> <p>Com o crescente aumento do número de casos de COVID e Influenza, devemos redobrar os cuidados dentro e fora do ambiente de trabalho. Os principais cuidados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sempre utilize máscara de proteção, cobrindo totalmente o nariz e a boca. Evite aglomerações e mantenha distância de segurança em todos os ambientes, como: copas, elevatório e demais espaços compartilhados. Evite reuniões informais e em ambientes não ventilados. Não cumprimentar pessoas com abraços, beijos ou aperto de mãos. Lave frequentemente as mãos com água e sabão ou higienizá-las com álcool em gel 70%. Evite tocar olhos, nariz e boca com as mãos sujas. Não compartilhe objetos de uso pessoal. As xícaras e copos de vidro serão substituídos temporariamente por copos descartáveis. Priorize a utilização da sua caneca. <p>O cuidado de todos depende de cada um de nós. Faça sua parte!</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> Entrega dos crachás 	 <p>Fique LIGADO</p> <p>Prezado(a) Empregado(a),</p> <p>O seu crachá chegou!</p> <p>Ao longo desta semana você receberá o seu novo crachá de identificação funcional.</p> <p>Você já sabe, mas não custa lembrar: O crachá de identificação do empregado é de uso obrigatório e tem duas finalidades básicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Identificação pessoal do empregado. 2 - Manter o controle de acesso e presença de cada um, garantindo a segurança de todos nas dependências da empresa. <p>Então já sabe, né? Utilize seu crachá e colabore com a segurança de todos!</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ação em comemoração ao Dia Internacional da Mulher 	 <p>Neste mês tão especial, queremos Cuidar de você!</p> <p>Como forma de homenagear todas as mulheres que, com força e determinação fazem a diferença na empresa, a Companhia Energética de Brasília te presenteia com um procedimento facial: Peeling físico de hortelã + hidratação facial + letterapia + avaliação com o aparelho Derma Scan.</p> <p>Agendamento: Clínica Corporal Estética Avançada (Ed. 10N, sala 50 - térreo) Telefone: (61) 98294-5101, de 9h às 18h. Os agendamentos ocorrerão entre os dias 08 e 31 de março de 2021.</p> <p>CEB</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de vacinação contra gripe 	 <p>Fique LIGADO</p> <p>VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE 2022</p> <p>Prezado Empregado(a),</p> <p>Informamos que o Grupo CEB, por intermédio da FACEB, deu início na data de hoje (11/04/2022) à Campanha de Vacinação contra a Gripe 2022. A vacina disponibilizada é a que protege contra quatro diferentes tipos de vírus (influenza quadrivalente: A/H1N1 + A/H3N2 + B/Yamagata + B/Victoria).</p> <p>A dose será aplicada em várias unidades do Laboratório Exame, conforme lista em anexo. A seguir, mais informações sobre a campanha:</p> <ul style="list-style-type: none"> 📅 Período de Vacinação: De 11/04 a 31/05/2022. 📍 Local: Laboratório Exame (Lista em anexo) 👥 Público Alvo: Beneficiários dos Planos CEB Saúde Vida, Facob Saúde Vida e Facob Família, Empregados e dependentes da CEB IPES, CEB Holding e CEB Ligeado, mesmo não inscritos nos Planos de Saúde da CEB/Facob. 💰 Custo: - Empregado será faturado para a CEB. - Dependente R\$72,00 com desconto em folha. 📄 Quais documentos são necessários apresentar: Documento de identificação com foto e Carteira do Plano de Saúde (ou Guia Impressa enviada pela FACEB para os não inscritos no plano de Saúde). <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ação de Saúde e Segurança do Trabalho 	 <p>Fique LIGADO</p> <p>28 ABRIL VERDE</p> <p>Mês dedicado à prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais</p> <p>A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), tem trabalhado em ações preventivas relacionadas ao tema.</p> <p>A ideia é disseminar e fortalecer ainda mais a nossa cultura de cuidado, saúde e bem-estar, pois a CIPA tem o objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, além de proporcionar um ambiente mais seguro para todos.</p> <p>Para maiores informações, envie e-mail para cipa@ceb.com.br ou procure nossos membros da comissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Andréia dos Santos Estrela Brito • Eduardo Freitas Sampaio • Fabrício Abraham Ferreira Lima • Flávio Henrique Ribetto Feltosa • Gleison Fabiano Sousa Salvador • Manuela Ferreira da Silva Lenza <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ação em Comemoração à Páscoa 	 <p>Fique LIGADO</p> <p>feliz páscoa</p> <p>Que esta Páscoa renove nossos corações com amor, paz, alegria e união.</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ação em Comemoração ao Aniversário de Brasília 	 <p>Sorria Brasília 162</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ação em Comemoração ao Dia do Trabalhador 	 <p>Feliz dia do trabalhador!</p> <p>é a sua energia que move a CEB para o futuro.</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ação em Comemoração ao Dia das Mães 	 <p>Feliz dia das Mães!</p> <p>CEB</p>

<ul style="list-style-type: none"> Ação em Comemoração ao Dia das Crianças 	 <p>BRINCAR É VIVER! O DIA DAS CRIANÇAS está chegando e queremos te convidar a fazer parte dessa corrente de diversão e solidariedade.</p> <p>As doações podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos novos ou usados (em bom estado); • Livros infantis; • Qualquer valor via PIX até o dia 07/10 para a compra de brinquedos. <p>A sua doação faz a diferença!</p> <p>Chave PIX: 63992616830 Fernanda Santiago Sales</p> <p>CEB Informa</p> <p>Empregados da CEB doam brinquedos para crianças em vulnerabilidade social</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ação em Comemoração ao dia do electricista 	 <p>Dia do Eletricista 17 de outubro</p> <p>Parabéns aos profissionais que trabalham para iluminar nossas vidas!</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> Campanha de Saúde – Prevenção ao câncer de mama 	 <p>Se toca MULHER!</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em frente ao espelho, observe mamilos, superfícies e contorno das mamas. Depois, coloque os braços atrás da cabeça e veja se o movimento aberra o contorno e superfície dos seios. 2. Apalpe, apalpe as mamas com movimentos suaves e circulares, apertados lentamente com a ponta dos dedos. Apalpe também os mamilos e veja se possuem alguma secreção. 3. Por último, apalpe suas axilas em busca de nódulos, que podem ser diagnósticos de câncer. Caso ocorra alguma protuberância procure ajuda médica. <p>CÂNCER DE MAMA</p> <p>Outubro Rosa</p> <p>O QUE CAUSA O CÂNCER DE MAMA?</p> <p>CEB</p>
<ul style="list-style-type: none"> Troca de figurinha para álbum da copa 	 <p>TROCA TROCA</p> <p>TRACA SUAS FIGURINHAS!</p> <p>SEXTA-FEIRA 07/10 ÀS 16:30H</p> <p>LOCAL: ÁREA COMPARTILHADA DO IGA</p>
<ul style="list-style-type: none"> Campanha de Saúde – Prevenção ao câncer de próstata 	 <p>CÂNCER DE PRÓSTATA</p> <p>O câncer de próstata é a doença mais comum entre homens do sexo masculino acima de 50 anos, sendo possível se manifestar mais cedo, especialmente em casos de histórico familiar. É a segunda doença que mais mata homens no mundo.</p> <p>ATENÇÃO AOS SINTOMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade ao urinar, muitas vezes com jato fraco ou em gotas; • Dor ou ardor ao urinar; • Vontade frequente de urinar, inclusive durante a madrugada; • Urina escura devido à presença de sangue; • Sensação de que a bexiga ainda está cheia, mesmo após urinar; • Dor ao ejacular e sêmen escuro. <p>NOVEMBRO AZUL 11/2022</p> <p>CEB</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Foto coletiva para os jogos da copa do mundo 	 <p>Meu dia preferido jogou de goleiro na Copa 2022, convidamos todos os empregados da Companhia CEB a usarem e apoiar a seleção da Copa do Brasil (venda, amarelão ou azul) para celebrarmos esse momento com uma foto de cada equipe. Adorne também seu bermudão.</p> <p>AS FOTOS ACONTECERÃO NAS SEQUENTES DATAS: 04/12/22 com o jogo no dia 05/12/22 ou 06/12/22 (se acordo com o dia do jogo do Brasil) Foto das equipes no dia 06/12/22.</p> <p>INFORMAMOS QUE AS FOTOS SERÃO DISPONIBILIZADAS NA NOSSA INTRANET, NO ÍCONE "MULTIMÍDIA - NA ABX "TRABALHO".</p> <p>VAMOS, COM A NOSSA ANIMAÇÃO, TRANSMITIR AINDA MAIS ENERGIA PARA A SELEÇÃO!</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Confraternização dos colaboradores 	 <p>CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DE ANO!</p> <p>DATA: 16/12 HORÁRIO: A partir das 13h LOCAL: Churrascaria 4 do Tote Clube BUFFET: Churrasco VALOR: R\$ 700 por pessoa</p> <p>OBS: Bebida e comida a vontade!</p> <p>CONFIRME SUA PRESENÇA ATRAVÉS DO PIX ATÉ O DIA 9/12</p> <p>PIX: (61)99281-4830 Tiramide Santiago Sales Casa Econômica Federal</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação e doação de produtos de higiene pessoal para o projeto do Setor Comercial Sul 	 <p>AÇÃO DE natal</p> <p>O fim do ano está chegando e pessoas em situação de rua precisam da nossa ajuda. Doe produtos de higiene pessoal para serem distribuídos no projeto do Setor Comercial Sul.</p> <p>Pontos de arrecadação em todos os andares da CEB no Ion e no Bloco da IP no SIA, até o dia 31/12.</p> <p>SUA AJUDA FARÁ TODA DIFERENÇA!</p>

Disclaimer:

Esse documento foi preparado pela CEB, com o intuito de indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da CEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização por escrito.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e ponto de vista da administração até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da CEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

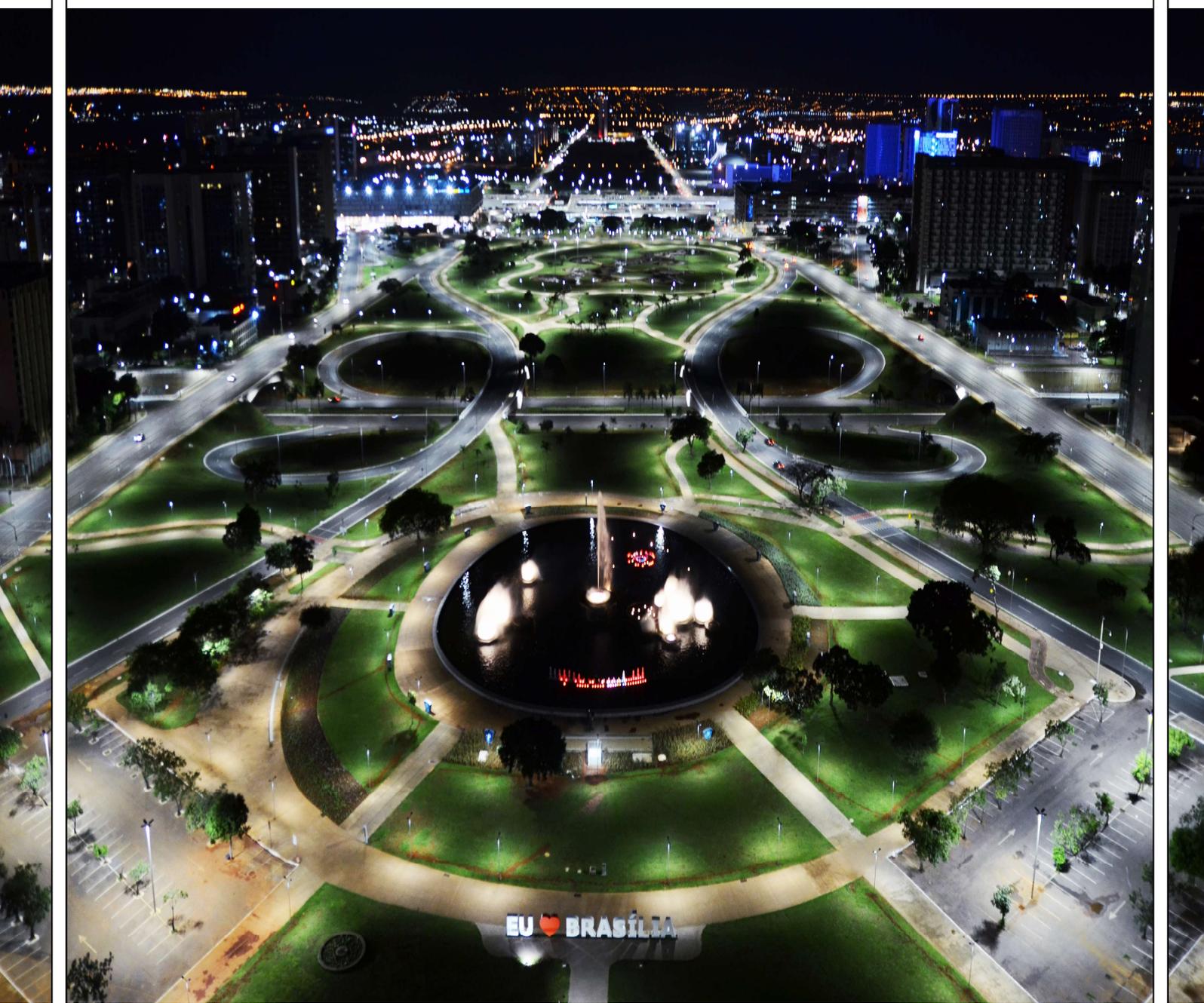
Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, que podem ser acessadas pelo site da empresa (www.ceb.com.br).

Audidores Independentes:

A Companhia informa, nos termos da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Russell Bedford; e que em 2022 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO		Controladora		Consolidado		PASSIVO		Controladora		Consolidado	
		N.	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			31/12/2021	N.	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE											
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	349.631	487.646	739.509	714.792	Fornecedores	12	19.736	19.711	24.986	22.538
Contas a Receber	5	7.384	9.982	34.098	34.095	Obrigações Tributárias	13	5.607	4.552	52.279	42.445
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	15.654	14.513	15.930	14.604	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	1.476	321	4.737	1.356
Depósitos Judiciais e Cauções	8	10	121	82	883	Obrigações Societárias	14	52.448	271.599	83.864	288.806
Estoques		2.715	3.250	2.808	3.324	Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	16	-	-	347	1.482
Prêmio pela Repactuação do Risco Hidrológico		-	-	1.214	-	Encargos Regulatórios		-	-	4.066	3.525
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	21.3	39.648	21.788	16.330	5.025	Outros Passivos Circulantes	17	1.946	1.685	6.734	81.350
Ativos de Contrato		-	-	4.250	-	TOTAL DO CIRCULANTE		81.213	297.868	177.013	441.502
Outros Ativos Circulantes	7	1.663	837	3.649	186.290	NÃO CIRCULANTE					
TOTAL DO CIRCULANTE		416.705	538.137	817.870	959.013	Obrigações Tributárias	13	3.670	3.669	21.984	4.119
NÃO CIRCULANTE						Benefício Pós Emprego		-	-	-	408
Aplicações Financeiras		-	-	-	1.582	Provisão para Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	16	8.473	8.384	9.881	9.607
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	754	709	963	709	Encargos Regulatórios		-	-	463	-
Depósitos Judiciais e Cauções	8	7.885	5.893	12.028	8.494	Outros Passivos Não Circulantes	17	-	-	529	529
Prêmio pela Repactuação do Risco Hidrológico		-	-	7.072	-	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.143	12.053	32.857	14.663
Ativos de Contrato		-	-	8.194	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Empréstimos e Financiamentos		-	68	-	68	Capital Social		566.025	566.025	566.025	566.025
Outros Ativos Não Circulantes	7	-	-	1.696	8.362	Reservas De Lucro		385.159	235.449	385.159	235.449
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.639	6.670	29.954	19.215	Outros Resultados Abrangentes		25.912	27.528	25.912	27.528
Investimentos	9	618.632	564.176	431.511	411.293	Partic. Acionistas Controladores		977.096	829.002	977.096	829.002
Imobilizado	10	23.247	25.882	41.482	55.196	Partic. Acionistas Não Controladores		-	-	249.861	229.219
Intangível	11	3.229	4.058	116.010	69.669	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		977.096	829.002	1.226.957	1.058.221
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		653.747	600.786	618.957	555.373	Total do Passivo		1.070.452	1.138.923	1.436.827	1.514.386
TOTAL DO ATIVO		1.070.452	1.138.923	1.436.827	1.514.386						



Companhia Energética de Brasília – CEB

CNPJ 00.070.698/0001-11

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	N.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.1	57.612	63.385	322.217	343.088
Custo com Energia Elétrica	19.2	-	-	(29.151)	(88.621)
Custo com Revenda de Gás	19.3	-	-	(9.744)	-
Custo de Operação	19.4	-	-	(59.628)	(39.870)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	19.4	(46.672)	(45.013)	(49.489)	(47.781)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		10.940	18.372	174.205	166.816
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		153.397	1.781.680	110.174	1.712.389
Despesas com Vendas		-	839	-	839
Despesas Gerais e Administrativas	19.4	(27.714)	(21.378)	(55.201)	(46.653)
Resultado da Equivalência Patrimonial		175.660	100.752	80.336	48.419
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	19.5	5.450	1.701.467	85.039	1.709.784
Outras Receitas Operacionais		5.540	1.709.650	87.915	1.717.249
Outras Despesas operacionais		(90)	(8.183)	(2.876)	(7.465)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		164.337	1.800.052	284.379	1.879.205
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	19.6	47.107	45.836	80.489	53.003
Receitas Financeiras		47.886	47.500	81.818	55.366
Despesas Financeiras		(779)	(1.664)	(1.329)	(2.363)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		211.444	1.845.888	364.868	1.932.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.103)	(586.685)	(90.792)	(629.055)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(15.103)	(586.685)	(73.719)	(628.779)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		-	-	(17.073)	(276)
Participações (Partes Beneficiárias)		-	-	(16.023)	-
LUCRO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		196.342	1.259.203	258.053	1.303.153
Lucro / (Prejuízo) Proveniente Das Operações Descontinuadas		-	(8.746)	-	(8.746)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		196.342	1.250.457	258.053	1.294.407
Atribuído aos Acionistas Controladores				196.342	1.250.457
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				61.711	43.950
LUCRO / (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação em Reais:	20				
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas		R\$2,61644	R\$16,66354		
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas		R\$2,61644	R\$16,66354		
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas		R\$2,87808	R\$18,32989		



Companhia Energética de Brasília - CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	196.342	1.250.457	258.053	1.294.407
Outros Resultados abrangentes	(1.616)	52.508	(1.616)	52.508
Itens que não serão reclassificados subsequentes ao resultado				
Ganhos (Perdas) Atuariais com Plano de Benefício Definido	-	-	6	52.508
Reserva Reflexa pelo reconhecimento de Ativos de contrato	(1.622)	-	(1.622)	-
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definidos	6	52.508	-	-
Resultado abrangente total	194.726	1.302.965	256.437	1.346.915
Atribuído aos Acionistas Controladores			194.726	1.302.965
Atribuído aos Acionistas Não Controladores			61.711	43.950



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos)	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Capital		Acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	566.025	36.269	101.455	(24.980)	-	678.769	222.056	900.825
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de provisão de Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(8.860)	(8.860)
Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(869.219)	(869.219)	-	(869.219)
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	(265.780)	(265.780)	(27.927)	(293.707)
Lucro Líquido do Exercício								
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.250.457	1.250.457	43.950	1.294.407
Lucros Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem Trânsito no resultado)	-	-	-	-	34.750	34.750	-	34.750
Prejuízos Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem Trânsito no resultado)	-	-	-	-	(52.483)	(52.483)	-	(52.483)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	-	61.636	-	-	(61.636)	-	-	-
Reserva Estatutária para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	36.089	-	(36.089)	-	-	-
Equivalência Patrimonial sobre Resultados Abrangentes				52.508	-	52.508	-	52.508
Saldo em 31 de dezembro de 2021	566.025	97.905	137.544	27.528	-	829.002	229.219	1.058.221
Saldo em 31 de dezembro de 2021	566.025	97.905	137.544	27.528	-	829.002	229.219	1.058.221
Transação de Capital com Acionistas:								
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	(46.632)	(46.632)	(41.069)	(87.701)
Lucro Líquido do Exercício								
Resultado do Exercício	-	-	-	-	196.342	196.342	61.711	258.053
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	-	9.818	-	-	(9.818)	-	-	-
Reserva Estatutária para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	139.892	-	(139.892)	-	-	-
Reserva Reflexa pelo reconhecimento de Ativos de contrato				(1.622)	-	(1.622)	-	(1.622)
Equivalência Patrimonial sobre Resultados Abrangentes				6	-	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2022	566.025	107.723	277.436	25.912	-	977.097	249.861	1.226.957



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais				
Entradas:				
Recebimento de Consumidores	63.626	71.135	345.792	396.994
Recebimento de juros sobre Aplicação Financeira	45.248	47.435	80.309	54.310
Recebimento de Dividendos e JCP	104.954	83.972	50.950	47.820
Liberação de Garantia - CCEE	-	-	764	5.472
Outros	6.045	4.054	15.080	9.199
	219.873	206.596	492.896	513.795
Saídas:				
Fornecedores de Energia Elétrica e Gás	-	-	(23.979)	(35.588)
Fornecedores de Materiais e serviços	(44.506)	(55.715)	(62.587)	(63.536)
Salários, remuneração e encargos	(18.620)	(16.186)	(49.752)	(36.959)
Pagamento de despesas Financeiras	-	(842)	(36)	(1.032)
Constituição de garantia - CCEE	-	-	(1.747)	-
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	-	-	(5.061)	-
Depósitos Judiciais	-	-	(312)	-
Pagamento de Impostos e Contribuições	(19.708)	(649.978)	(91.304)	(702.338)
Encargos setoriais	-	-	(3.863)	(5.814)
Pagamento de arrendamento	-	-	(44.679)	-
Outros Pagamentos	(8.383)	(7.380)	(10.683)	(53.676)
	(91.217)	(730.101)	(294.004)	(898.943)
Caixa Líquido gerados na Atividades Operacionais	128.656	(523.505)	198.892	(385.148)
Atividades de Investimento				
Recebimento de Dividendos	-	-	1.052	-
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, intangíveis e Imobilizados	(518)	(1.725)	(3.635)	(4.328)
Alienação de Imobilizado e Investimentos	-	2.515.000	-	2.515.000
Aquisição de Investimentos	(187)	(119)	(190)	(126)
Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC	(185)	(69)	(185)	(69)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos	(890)	2.513.087	(2.958)	2.510.477
Atividades de Financiamentos				
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(265.781)	(1.422.460)	(307.131)	(1.446.682)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	(8.935)	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-	(95.164)	-	(95.164)
Recebimento de Títulos de Crédito - Terracap	-	-	135.915	-
Outros	-	10.211	-	(5.394)
Caixa Líquido gerados na Atividades de Financiamento	(265.781)	(1.516.348)	(171.216)	(1.547.240)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(138.015)	473.234	24.717	578.089
Saldo de Caixa no Início do Exercício	487.646	14.412	714.792	136.703
Saldo de Caixa no Final do Exercício	349.631	487.646	739.509	714.792



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas	68.212	1.781.472	450.173	2.106.731
Venda de Energia Elétrica, Gás e Serviços Prestados	65.222	71.686	367.050	389.311
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(2.550)	136	(4.791)	136
Receita pela Alienação de Ativos de Investimento	-	1.706.162	23.312	1.712.372
Receita pela Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	56.331	-
Outras Receitas	5.540	3.488	8.271	4.912
Insumos Adquiridos de Terceiros	(46.950)	(71.474)	(125.667)	(170.734)
Custos com Comercialização de Energia Elétrica e Gás	-	-	(39.384)	(95.706)
Custos com Serviços Prestados a Terceiros	(26.271)	(27.490)	(37.478)	(30.062)
Custos com Serviços de Terceiros	(3.238)	(17.735)	(28.224)	(19.167)
Material	(17.351)	(17.820)	(17.705)	(17.943)
(Provisões)/Reversões de Valores	(90)	(8.184)	1.287	(7.466)
Outros Custos e Despesas	-	(245)	(4164)	(390)
Valor Adicionado Bruto	21.262	1.709.998	324.506	1.935.997
Retenções	(4.070)	(2.556)	(9.780)	(9.933)
Depreciação e Amortização	(4.070)	(2.556)	(9.780)	(9.933)
Valor Adicionado Líquido Produzido	17.192	1.707.442	314.726	1.926.064
Valor Adicionado Recebido em Transferência	223.546	178.676	162.154	135.660
Receitas Financeiras	47.886	83.811	81.818	91.938
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	175.660	100.752	80.336	48.418
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Descontinuadas	-	(8.746)	-	(8.746)
Dividendos Recebidos	-	2.859	-	4.050
Valor Adicionado Total a Distribuir	240.738	1.886.118	476.880	2.061.724
Distribuição do Valor Adicionado	240.738	1.886.118	476.880	2.061.724
Empregados	20.688	11.284	32.252	25.918
Remuneração Direta	19.811	10.881	29.770	24.135
FGTS	284	230	822	826
Benefícios	593	173	1.660	957
Impostos, Taxas e Contribuições	22.713	589.128	126.275	683.539
Federal	21.407	587.690	123.276	680.392
Estadual e Municipal	1.306	1.438	2.999	3.147
Remuneração de Capitais de Terceiros	995	35.249	60.300	57.860
Aluguéis	216	191	42.948	22.102
Despesas Financeiras	779	35.058	1.329	35.758
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	-	-	16.023	-
Remuneração de Capitais Próprios	196.342	1.250.457	258.053	1.294.407
Lucros Líquidos Retidos	196.342	1.250.457	196.342	1.250.457
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	61.711	43.950

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SGAN Quadra 601, Bloco H, Salas SEMI Enterrado: 004SE à 019SE, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Asa Norte, Brasília - DF – CEP: 70.830-010, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão - B3). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [<https://ri.ceb.com.br/>].

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias quando apresentadas de forma consolidada.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica e gás, compreendendo os segmentos de geração, e comercialização, bem como a prestação de serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, assim como, na distribuição de gás natural.

1.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Financeiras Anuais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Números das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2022	31/12/2021	
1	1	Contexto operacional e informações gerais
2	2	Base de preparação das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis
3	3	Instrumentos financeiros e gestão de risco
4	4	Caixa e equivalente de caixa
5	5	Contas a receber
6	6	Tributos e contribuições compensáveis
7	7	Outros Ativos (Demais Créditos)
8	8	Depósitos e bloqueios judiciais
-	9	Ativo não circulante mantido para venda
9	10	Investimentos
10	11	Imobilizado
11	12	Intangível
12	13	Fornecedores
13	14	Obrigações tributárias
-	15	Empréstimos e financiamentos
14	16	Obrigações societárias
15	17	Obrigações sociais e trabalhistas
16	18	Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios
17	19	Outros passivos (Demais obrigações)
18	20	Patrimônio líquido
19	21	Desdobramentos das contas de resultado
20	22	Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído
21	23	Transações com partes relacionadas
22	24	Seguros
23	25	Informações por segmento de negócio
24	26	Conciliação do resultado do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais
25	27	Evento subsequente

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.3. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

	Atividade	Participação Acionária %	
		2022	2021
Participações Diretas			
Em controladas			
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Iluminação Pública S.A.	Serviços	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A. (a)	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás (b)	Gás	25,00	17,00
Em controladas em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	32,52	32,52
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

a) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

b) Em 2022 foi efetivado a aquisição das ações da CEB Gás alterando o percentual de participação sobre o Patrimônio Social, de 17% para 25%.

1.4. SEGMENTO DE GERAÇÃO

1.4.1. Repactuação do Risco Hidrológico e Extensão de Outorga – Impacto Sobre as Investidas

A partir do exercício de 2014, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma crise de caráter estrutural e regulatório que, agravada pela considerável redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios, levou a um déficit de geração de energia, ocasionando exposições financeiras negativas aos geradores. Com isso foi imputado ao segmento uma conta bilionária oriunda da queda do Ajuste do Mecanismo de realocação de Energia – MRE, aliado aos elevados valores dos preços da energia no Mercado de Curto Prazo – MC, comercializados ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Os geradores reagiram recorrendo ao judiciário para garantir a continuidade dos seus negócios. A partir de ações judiciais protetivas aos efeitos negativos do ajuste ao MRE no mercado de curto prazo, elevando-se o índice de inadimplência nas liquidações financeiras, gerando insegurança e desestruturando o mercado "spot". O Regulador, na busca por uma solução, no final de 2015, propôs a "Repactuação do Risco Hidrológico" aos geradores, repassando aos consumidores as perdas daquele período por meio do pagamento de um prêmio de risco, compensações financeiras, extensão de concessões e tendo como contrapartida a desistência de ações judiciais.

Contudo, a medida foi objeto de adesão somente por parte dos geradores com contratos negociados nos leilões do ambiente regulado, permanecendo os agentes atuantes no ambiente livre com ações judiciais vigentes, o que levou ao travamento das operações de liquidação do mercado de curto prazo que permaneceu, em parte, judicializado, com represamento de aproximadamente R\$ 12 bilhões, em fins do ano de 2021, garantidos judicialmente.

Tal arcabouço foi ampliado com o advento da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, com a inserção de mecanismo de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas integrantes do MRE de efeitos decorrentes da antecipação da garantia física e restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento das Usinas Estruturantes, bem como pela geração fora da ordem de mérito e importação.

A regulamentação da matéria se deu com a publicação, em 3 de dezembro de 2020 da Resolução Normativa (REN) nº 895 que estabeleceu metodologia para cálculo da referida compensação, mediante a extensão do prazo da outorga, em consonância à legislação, segundo prescrito no § 4º do art. 2º-A da Lei nº 13.203/15, introduzido pela Lei nº 14.052/20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contudo, foram inúmeros os questionamentos e petições, endereçadas à ANEEL, por entidades e agentes do setor elétrico inconformados com o rito processual e os termos apregoados na REN nº 895/20.

Foi então publicada a REN nº 930, em 30 de março de 2021 a qual alterou e ampliou a regulamentação ao assunto. Esta resolução, entretanto, levou à Representação do TCU nº TC 012.609/2021-8 que questionou a legalidade da regra e “determinou a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN 930/2021 até que seja analisado o mérito da Representação.”

Após distintas questões processuais, no dia 13 de julho de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.182/21 que, em seu art. 18, deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/15, “ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga”, levando à perda de objeto a Representação do TCU.

O direito de extensão do prazo de outorga foi então conduzido em duas partes pela ANEEL: na primeira parte, a REH nº 2.919/21, homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que não repactuaram o risco hidrológico, em 2016; a segunda parte, a REH nº 2.932/21 homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico.

A REH nº 2932, em seu ANEXO I, homologa o prazo de extensão da outorga, a que tem direito os empreendimentos CEB: UHE Lajeado (980 dias), UHE Queimado (556 dias), UHE Corumbá III (1.163 dias) e UHE Corumbá IV (1137 dias).

Assim, a CEB LAJEADO assinou o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE, em 09 de novembro de 2021, em que o gerador declara a aceitação do(s) prazo(s) de extensão de outorga de 980 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 22 de setembro de 2035. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ganho no montante bruto de R\$ 51.628 mil.

A CEB Participações, por sua vez, assinou Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE, em 27 de setembro de 2021 em que o gerador declara a aceitação do(s) prazo(s) de extensão de outorga de 556 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 27 de junho de 2034. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ganho no montante bruto de R\$ 4.703 mil.

1.4.2. CEB Geração S.A.

1.4.2.1. Renovação da Concessão

A CEB Geração S.A. vinha tomando todas as providências administrativas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME para a prorrogação da concessão da PCH Paranoá que se encerrou em 29 de abril de 2020.

Em 24 de abril de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 190 do MME que designava a CEB Geração S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, até a assunção do Concessionário vencedor da licitação da Usina Hidrelétrica.

A Diretoria da ANEEL, por meio do Ofício nº 53/2020-DIR/ANEEL, de 16 de março de 2020, definiu a Receita Anual de Geração – RAG, apresentando a tarifa e o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG da PCH Paranoá. Com essa nova realidade, a receita operacional líquida mensal da Companhia sofreu uma significativa redução, que foi de aproximadamente 50%.

Vale destacar que a CEB Geração S.A. protocolou na ANEEL, em 27 de abril de 2020, Ofício nº 8/2020 - CEB-G/DIR, refazendo o pedido de prorrogação da concessão da UHE Paranoá, com base no art. 1º da Lei nº 12.783/2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 02 de junho de 2020, em Reunião Pública de Diretoria, o encaminhamento para o Ministério de Minas e Energia (MME) do pedido de prorrogação da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Paranoá.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Durante o período em que a CEB Geração administrava a PCH, sem a concessão renovada, as receitas foram apuradas pelo regime de cotas de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.902, de 20 de julho de 2021, a qual define o valor da Receita Anual de Geração (RAG).

Em 10/06/2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-Aneel, para Geração de Energia Elétrica destinada às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, que celebram a União e a CEB Geração S.A. e publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022.

Com assinatura do Primeiro Termo Aditivo foi necessário o reconhecimento do referido Contrato, aplicando a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual do contrato de concessão da UHE Paranoá, a CEB Geração concluiu que esta interpretação é aplicável ao respectivo contrato.

Como a UHE Paranoá é remunerada por meio de: (I) da Receita Anual de Geração (RAG), instituída pelo Poder Concedente e cobrada das distribuidoras, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de geração) e por outra parcela que remunera a operação e a manutenção da usina hidrelétrica e (II) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a CEB Geração se enquadra no modelo do ativo financeiro. Por sua vez o modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

O contrato de concessão nº 001/2016 possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos Ativos de Contrato é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos de Contrato.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos de Contrato é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios.

A CEB Geração adequou suas práticas contábeis em relação ao CPC 47, visto que o contrato de concessão anterior firmado entre a CEB Geração e o poder concedente não previa a contabilização considerando as premissas de ativo de contrato e ICPC 01. Com isso, a CEB Geração identificou impactos negativos, líquidos de impostos, no montante de R\$ 1.622, referente à exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido no momento do reconhecimento. As Demonstrações Financeiras da CEB Geração foram reapresentadas, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, tendo os efeitos registrados no exercício de 2022. O reflexo desse reconhecimento na Controladora foi considerado imaterial, em função disso as Demonstrações Financeiras da CEB não foram reapresentadas, sendo o montante registrado no PL da Controladora no exercício de 2022.

1.5. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400, que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817 mil, que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, estaria em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

A CEB opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que, em 26 de junho de 2019, foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida, fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado em 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Vale destacar que o art. 32 da Lei nº 4.357/64, foi vetado ainda no ano de 1964, suprimindo a expressão “dividendos” da referida Lei, sob o argumento de que seria incompatível com a legislação societária ao informar a obrigatoriedade de pagamentos de dividendos aos acionistas, além do mais a ingerência do fisco em assuntos de economia interna das empresas deve ficar adstrita a causas excepcionais.

A área jurídica da Companhia peticionou ao Juiz Federal da Vara de Execuções Fiscais requerendo a liberação do recurso financeiro penhorado, no entanto o recurso foi indeferido, restando ainda a entrada de Agravo de Instrumento, uma vez que, não está no rol do art. 1015 do Código de Processo Civil.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, peticionou junto ao juízo da 18ª Vara Federal, a imediata intimação da Companhia para que cumpra a ordem judicial e efetue o depósito do montante penhorado em conta à disposição daquele juízo, bem como, o imediato bloqueio de valores pertencentes à Companhia no montante de R\$ 92.383 mil. Em 15 de fevereiro de 2023, a companhia ingressou com pedido contraposto, sustentando que a cobrança dos valores é indevido, haja vista, que a constituição dos débitos objetos da referida execução advém de declaração de pedido de compensação – PER/DCOMP não homologadas.

1.6. AQUISIÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

A CEB exerceu, em 20 de outubro de 2021, por meio da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças junto à Petrobras Gás S.A - GASPETRO, o direito de preferência na aquisição das ações da Companhia Brasileira de Gás – CEB Gás, detidas pela referida Companhia.

Em julho de 2022, a CEB foi notificada formalmente pela COMMIT Gás S.A., acerca do closing da operação, cujo certificado de fechamento e o efetivo pagamento foi realizado no dia 29 de julho de 2022, tendo a Companhia Energética de Brasília – CEB investido R\$ 187.475,62 (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) na aquisição proporcional a sua participação no capital social da CEBGAS, ou seja, de 617.680 (seiscentas e dezessete mil, seiscentas e oitenta) ações, sendo 135.117 (cento e trinta e cinco mil, cento e dezessete) ações ordinárias e 482.563 (quatrocentos e oitenta e duas mil, quinhentas e sessenta e três) ações preferenciais, ficando suas composições acionária e societária na CEBGAS, após a operação, assim disposta:

Companhia Brasileira de Gás	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Capital Social
CEB	1.278.938	56,250%	426.312	9,375%	25,00%
TERMOGÁS	994.729	43,750%	4.121.021	90,625%	75,00%
Total	2.273.667	100,000%	4.547.333	100,000%	6.821.000



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.7. CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES foi criada com o objetivo de prestar os serviços públicos de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública do Distrito Federal, de forma direta ou indireta. Nesse sentido, a Companhia Energética de Brasília - CEB, consubstanciada nos termos do Decreto 40.898 de 17 de junho de 2020, e consequente Contrato de Concessão nº 001/2020 de 20 de julho de 2020, celebrado entre a Companhia e a Secretaria de Obras do Distrito Federal, na qualidade de Poder Concedente - GDF, com previsão da contratação da CEB IPES para a prestação dos serviços de Iluminação Pública no DF. Dessa forma, vislumbrando a consecução e o aprimoramento das atividades de prestação de serviços públicos de iluminação, em 13 de dezembro de 2022, iniciou-se o desenvolvimento do projeto de viabilização da concessão das atividades de iluminação pública do DF entre o GDF e CEB.

Com esse objetivo, foi enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei nº 3.036/2022, que dispõe sobre a prestação dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal, propondo que seja expressamente regulamentada a outorga da prestação dos serviços de iluminação pública à CEB, diretamente ou por meio de suas controladas ou subsidiárias, utilizando-se o modelo de concessão em tudo que lhe for cabível, para melhor disciplinar a relação entre Poder Concedente, o Concessionário e o efetivo prestador do objeto da concessão. O referido Projeto de Lei encontra-se em tramitação, em regime de urgência na CLDF, já ocorrido debates sobre a matéria em âmbito de Comissão Geral no plenário daquela Casa Legislativa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além das próprias normas expedidas pela CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e com base no custo histórico.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para fins da gestão administrativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em **24 de março de 2023**.

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas controladas pela Companhia, elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício.

2.1.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão em linha com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao resultado e ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.1.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

2.1.3.1. Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes do seguimento de energia e gás.

Para o Grupo foi definido o modelo de perdas ao valor recuperável, através de critérios estabelecidos conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, bem com o incremento do risco de recebimento das faturas adjacentes aos clientes que possuem um histórico de inadimplemento.

2.1.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o “valor justo menos custos de venda” e o “valor em uso”. O cálculo é baseado em informações disponíveis de “transações de venda de ativos similares” ou “preços de mercado menos custos adicionais” para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.1.3.3. Provisões

2.1.3.3.1. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, que é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

2.1.3.4. Benefícios a empregados

2.1.3.4.1. Previdência Complementar e Assistência à Saúde

Em 31 de outubro de 2022 foi aprovada a Retirada de Patrocínio da Fundação dos Empregados da CEB – FACEB, que até o referido período a Companhia e suas controladas patrocinavam o plano de benefícios complementar de aposentadoria e plano de assistência à saúde. O prazo previsto para finalização do processo de portabilidade ou retirada integral dos montantes devidos é até 31 de maio de 2023.

Para dar continuidade ao Patrocínio de Previdência Complementar e de assistência à Saúde aos empregados da Companhia e suas subsidiárias, foi celebrado em 18 de outubro de 2022, com a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA, o Convênio de Adesão, visando o ingresso da CEB como patrocinadora de um dos seus planos de Previdência Complementar. Importante destacar que a Companhia aderiu ao Plano III da FUNDIÁGUA, cuja modalidade é no formato de Contribuição Definida – CD, sem risco atuarial para a CEB.

2.1.3.4.2. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.1.3.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 3.4).

2.1.3.6. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, quando a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/2012-ANEEL. As novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 10).

2.1.3.7. Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 11).

2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABILIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. Controladas

2.2.1.1. CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14 de setembro de 2005, foi dada autonomia e independência à CEB Geração S.A. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 27 de dezembro de 2016 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/2016 – ANEEL, cujo objeto é regular a exploração, pela Concessionária, da PCH Paranoá, com termo final da concessão em 29 de abril de 2020. Com o vencimento do Contrato de Concessão da PCH Paranoá, a Companhia passou a ter sua receita definida por meio de tarifa (Receita Anual de Geração – RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica no mercado.

Conforme determinado na Portaria nº 190 do MME, a partir do dia 30 de abril de 2020, a CEB Geração S.A. foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, celebrado entre a União e a CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Em 10/06/2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-Aneel, para geração de energia elétrica destinada às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, que celebram a União e a CEB Geração S.A. e publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022.

2.2.1.2. CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB (“Consórcio”), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, que é prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias participantes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	82,5%
CEB Participações S.A.	17,5%
Total	100,0%

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB Participações S.A.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação e O&M, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta mesma Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de suas participações no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das consorciadas.

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2034, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2022 a UHE Queimado produziu 36,09 MW médios, ou seja, 53% da sua garantia física (36,68 MW médios gerados no mesmo período de 2021, 54% de sua garantia física).

Complementarmente, a CEB Participações S.A. detém a participação acionária correspondente a 1,54% do capital da Corumbá Concessões S.A.

2.2.1.3. CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da publicação no diário oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998, com término previsto para 15 de dezembro de 2033.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos.

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998, com vigência até 15 de janeiro de 2033, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A., se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com o percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada de 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016, passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei nº 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercado.

A CEB Lajeado tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., firmado em 27 de novembro de 2001 e se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

O volume contratado de energia foi de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, valor que deverá se repetir até o final da concessão. A Garantia física da CEB Lajeado até novembro de 2022 foi de 100,01 MW médios, conforme definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, após 10 de novembro de 2022 foi reduzida para 95,02 MW médios, conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia, através da revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães.

No ano de 2022, a geração foi de 88,06 MW médios, representando um volume de 3,85% maior que no mesmo período de 2021 e 11,95% inferior ao pactuado junto ao SIN. Este déficit de geração de energia foi coberto, em parte, pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, o que beneficiou o resultado da Companhia no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.1.4. Companhia Brasiliense de Gás

A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogada por mais 30 anos.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás com 56,25% das ações ordinárias e 25% do total das ações.

2.2.1.5. CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES”), cuja criação foi autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/1976 e pelo seu Estatuto, sob o CNPJ nº 30.683.726/0001-01.

A atividade da CEB IPES será, primariamente, prestar serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública do Distrito Federal, de forma direta ou indireta; elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atuar nas demais atividades correlatas à prestação de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e iluminação pública.

2.2.2. Coligadas

2.2.2.1. Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente e que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

O Contrato de Concessão é o de nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração Corumbá III. Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 7 de novembro de 2036. Em razão da repactuação da GSF ocorrida em 2015 o prazo foi estendido por mais 100 dias tendo o vencimento da concessão alterado para 14 de fevereiro de 2037. Recentemente, conforme resolução homologatória 2.932 de 14 de setembro de 2021 emitida pela ANEEL a concessão da UHE Corumbá III foi prorrogada por mais 1.163 dias, a partir de 14 de fevereiro de 2037 até dia 21 de abril de 2040.

A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A, nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a entrada em operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 iniciou a operação da segunda turbina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A energia gerada é contratada na sua totalidade pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. com reajustes anuais.

2.2.2.2. Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de setembro de 2000, detentora do contrato de concessão nº 93/2000 com vencimento em 12 de março de 2036, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 34,06%, sendo 32,52% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Corumbá Concessões o direito de exploração potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW (passando para 129,2 MW no 6º Aditivo do Contrato de Concessão). A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendida em 533 dias pela repactuação do risco hidrológico (95 dias) e pelo despacho nº 283/2017, publicado no D.O.U em 2 de fevereiro de 2017, onde foi deferido o pedido de reposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000.

2.2.3. Participação Indireta

2.2.3.1. Investco S.A.

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%, com a seguinte composição: 20,00% das ações ordinárias; 20,00% das ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20,00% de ações preferenciais classe B, não possuindo ações Classe C em sua composição acionária.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso do bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

2.2.4. Ligada

2.2.4.1. BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 31 de março de 2000, para explorar a geração de energia elétrica no segmento de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A Companhia detém participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A..

2.2.5. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.2.6. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 4).

2.5. ATIVOS FINANCEIROS

2.5.1. Classificação

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o Grupo alterou a classificação dos seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para a venda. A classificação dependerá do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, e as características contratuais dos fluxos de caixa.

2.5.1.1. Ativos Financeiros registrados pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado quando a entidade possui como modelo de negócios, manter seus ativos financeiros até o vencimento. Entende-se como modelo de negócios a forma como a entidade gerencia seus ativos financeiros para geração de fluxos de caixa. Nesta categoria foram consideradas Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez Imediata (Nota Explicativa nº 4) e Contas a Receber (Nota Explicativa nº 5).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece todos os ativos financeiros, em sua mensuração inicial, pelo seu valor justo mais os custos incorridos para a sua obtenção ou emissão. Posteriormente, cada instrumento financeiro é classificado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de outros resultados.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, nos casos em que há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

2.5.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

2.5.3.1. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - ✓ Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - ✓ Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após a deterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado.

2.6. CONTAS A RECEBER

O Grupo classifica os valores a receber de clientes, dos revendedores, dos concessionários e dos permissionários na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes a prestação de serviços de manutenção e obras de iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa nº 5).

2.6.1. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no Ativo Circulante ou Não Circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram (Nota Explicativa nº 5.3).

2.7. ESTOQUES

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material em depósito), classificados no ativo não circulante – imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

2.8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda, se o seu valor contábil for recuperável por meio de transação de alienação. Neste caso, deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos procedimentos habituais para operações desta natureza. Além disso, sua venda deve ser altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e iniciar um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para alienação deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Espera-se, ainda, que a operação de desmobilização do ativo seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor valor entre seu “valor contábil” e o “valor justo menos as despesas de venda”. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.9. ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- Custos de empréstimos e financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

2.10. INTANGÍVEL

2.10.1. Direito de exploração da concessão

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de aproveitamento hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota Explicativa nº 11.1).

2.10.2. Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 11).

2.11. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

2.12. PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações societárias (Nota Explicativa nº 14); e Outros Passivos (Nota Explicativa nº 17).

2.13. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o encerramento do exercício seguinte. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13.1. Arrendamento Mercantil

Arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário o direito de usar um ativo por um período, tendo como contrapartida o pagamento de um valor, à vista ou parcelado, ou seja, é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período em troca de contraprestação. Trata-se de contrato bilateral, com direitos e obrigações recíprocas entre as partes, que assume um caráter oneroso (não gratuito).

O CPC 06 - Arrendamentos estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

2.14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.15. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

2.16. DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.17. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.17.1. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável.

2.17.2. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.18. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida por meio de contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando os serviços são efetivamente transferidos ao cliente, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

2.18.1. Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

2.19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira; e acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os resultados de segmentos reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da Companhia (Nota Explicativa nº 23).

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes às respectivas atividades operacionais, e não operam com derivativos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

Com relação às empresas geradoras/comercializadoras, a Nota Explicativa 1.3.1 “Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico – Impactos Sobre as Investidas” destas Notas Explicativas, relata as iniciativas da Administração sobre este aspecto.

3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Em observância à Lei nº 13.303/2016, cada empresa do Grupo deverá observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

3.2.1. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

A Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2.2. Risco de liquidez

O Grupo tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente executivo da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos principais passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Até 1 ano
Passivos Financeiros não Derivativos		
Fornecedores	24.986	24.986

3.2.3. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos.

Tais ativos e passivos incluem, principalmente, os créditos a receber com clientes, as obrigações com fornecedores ou dívidas em atraso, renegociadas até a data-base do balanço, e as obrigações com empréstimos e financiamentos.

Conseqüentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atrelados a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

3.2.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à Companhia, bem como buscar eficácia no processo de gerenciamento e redução de custos.

A Carta de Controle Interno – CCI, elaborada pela auditoria independente, aponta os principais riscos operacionais da Companhia, segregados em deficiências significativas e não significativas, bem como os respectivos comentários da Administração.

Para o processo de gestão de riscos do Grupo, foi elaborado o manual de gestão de riscos com requisitos mínimos, considerando as necessidades e as características das Companhias, contemplando a importância da melhoria contínua e sua adequação, a suficiência e a eficácia da estrutura de gestão de riscos para assegurar os aprimoramentos do processo e da metodologia adotada.

A gestão integrada de riscos realizada pela Companhia é acompanhada pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Risco e reportada ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, e ao Conselho Fiscal da Companhia.

Neste diapasão, com vistas a melhorar os sistemas de controle, de forma a mitigar os riscos e ocorrências de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, foi instituído o Comitê Permanente de Integridade, coordenado pela Superintendência de Governança Corporativa, que desenvolveu e implementou o Programa de Integridade na Companhia.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos.

3.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são: (a) salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; (b) manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(349.631)	(487.646)
= Dívida Líquida	(349.631)	(487.646)
Patrimônio Líquido	977.096	829.002
= Total do Capital	627.465	341.356
Índice de Alavancagem Financeira - %	0,00%	0,00%

3.4. VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2022 e em 2021.

	Avaliação	Controladora			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	935	935	701	701
Contas a Receber	Custo Amortizado	7.384	7.384	9.982	9.982
Aplicações Financeiras	Valor Justo	348.696	348.696	486.945	486.945
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	19.736	19.736	19.711	19.711
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	52.448	52.448	271.599	271.599
	Avaliação	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	1.510	1.510	1.000	1.000
Contas a Receber	Custo Amortizado	34.098	34.098	34.095	34.095
Aplicações Financeiras	Valor Justo	737.999	737.999	713.792	713.792
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	24.986	24.986	22.538	22.538
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	83.864	83.864	288.806	288.806
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	4.529	4.529	3.525	3.525

3.4.1. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos Conta Movimento	935	701	1.510	1.000
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	348.696	486.945	737.999	713.792
Total	349.631	487.646	739.509	714.792

As aplicações financeiras são aplicadas de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. – BRB. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidades indexada às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração média entre 105% e 108% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. CONTAS A RECEBER

5.1. COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias	-	-	26.612	24.113
Serviços Prestados a Terceiros	23.806	23.854	23.967	23.854
Total a Receber Bruto	23.806	23.854	50.520	47.967
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.422)	(13.872)	(16.481)	(13.872)
Total a Receber Líquido	7.384	9.982	34.098	34.095

5.2. VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	31/12/2022	31/12/2021
Subtotal Consumidores						
Concessionárias e Permissionárias	26.612	-	-	-	26.612	24.113
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	3.508	3.978	100	16.388	23.967	23.854
Total a Receber Bruto	30.120	3.978	100	16.388	50.520	47.967
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(100)	(16.388)	(16.488)	(13.872)
Total a Receber Líquido	30.120	3.978	-	-	34.098	34.095

5.3. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (EPCLD)

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias de atraso, mas, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, realizamos o arrasto daquelas faturas com histórico de inadimplemento, para efeitos de constituição da EPCLD.

Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Poder Público	(16.422)	(13.872)
Demais Clientes	(59)	-

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.073	14.073
Adições	2.090	2.090
Reversões	(2.291)	(2.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.872	13.872

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
Adições	4.038	4.097
Reversões	(1.488)	(1.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.422	16.481

5.4. CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 23.806 (2021 – R\$ 23.854) em 31 de dezembro de 2022, compostos por serviços de manutenção, eficiência e expansão de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 16.422 (2021 – R\$ 13.872), relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos Vincendos	3.406	8.928
Vencidos até 90 dias	3.978	1.054
Vencidos de 91 a 360 dias	100	2.095
Vencidos há mais de 360 dias	16.322	11.777
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.422)	(13.872)
Saldo Líquido a receber	7.384	9.982

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto De Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	10.113	8.973	10.135	9.021
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	1.910	1.734	1.910	1.734
Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (b)	2.448	2.448	2.448	2.470
Programa de Integração Social - PIS	451	463	496	479
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	330	387	538	391
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	612	615	613	616
Outros	544	602	753	602
Total	16.408	15.222	16.893	15.313
Circulante	15.654	14.513	15.930	14.604
Não Circulante	754	709	963	709

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se aos saldos negativos de exercícios anteriores em razão do regime de tributação pelo Lucro Real Anual.

(b) Refere-se ao parcelamento de regularização tributária ocorrido em 2017, através da utilização de prejuízos fiscais para quitação de dívidas tributárias.

6.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças Temporárias	8.464	7.567	8.485	7.983
Total	8.464	7.567	8.485	7.983

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a realização nos prazos previstos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços em curso (a)	-	-	767	102
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	-	9.652
Adiantamentos a Fornecedores	-	256	418	1.552
Despesas Pagar Antecipadamente	-	270	-	281
Créditos a Receber de Empregados	163	161	551	413
Títulos de Crédito a Receber (b)	-	-	1.696	182.386
Ordem de Dispêndios a Reembolsar	-	-	22	-
Outros Créditos a Receber	1.500	150	1.891	266
Total	1.663	837	5.345	194.652
Circulante	1.663	837	3.649	186.290
Não Circulante	-	-	1.696	8.362

Obs.: A rubrica de Dividendos e JSCP a receber foi evidenciado em demonstrativo próprio e deixou de compor este quadro em função de sua relevância e expressivo valor registrado.

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Os valores apresentados em 2021 referem-se, basicamente, aos recebíveis da alienação do terreno do Noroeste à Terracap, realizada ainda pela CEB Distribuição S.A., que foram transferidos para a CEB IPES, mediante processo de cisão parcial daquela Distribuidora. A rubrica recebeu renomeação de “Valores a receber da venda de terreno” para “Títulos de Crédito a Receber”.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas subsidiárias, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, e cauções referentes a leilões de energia e de Contratos firmados entre a Secretária de Obras do Distrito Federal - SODF e a CEB, para a prestação dos serviços de manutenção, eficientização e expansão do Distrito Federal. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bloqueios Judiciais	10	-	82	12
Cauções	1.911	111	3.129	873
Depósitos Recursais	5.974	5.903	8.899	8.492
Total	7.895	6.014	12.110	9.377
Circulante	10	121	82	883
Não Circulante	7.885	5.893	12.028	8.494

9. INVESTIMENTOS

9.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	612.660	558.351	424.070	403.807
CEB Geração S/A	33.937	31.832	-	-
CEB Lajeado S/A	136.781	107.941	-	-
CEB Participações S/A	36.303	33.577	-	-
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	182.543	169.884	-	-
CIA Brasiliense de Gás (a)	(201)	183	-	-
Corumbá Concessões S/A	148.948	133.912	156.050	140.250
Energética Corumbá III S/A	74.349	81.022	74.349	81.022
Investco S/A	-	-	193.671	182.535
Avaliadas ao Valor Justo	1.668	214	1.668	214
Ações Ordinárias - CIA do Metropolitano do DF	38	38	38	38
BSB Energética S.A.	1.630	176	1.630	176
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	100	1.407	-	1.407
CIA Brasiliense de Gás	100	-	-	-
BSB Energética S.A.	-	1.407	-	1.407
Propriedades para Investimento	4.204	4.204	5.773	5.865
Terrenos	658	658	1.555	1.647
Edificações. Obras Civas e Benfeitorias	3.546	3.546	4.218	4.218
Total	618.632	594.176	431.511	411.293

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) A CEB Gás reconheceu, em 31 de dezembro de 2022, estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 2.318 mil. Esse montante refere-se a valores retidos de fornecedores para compensação das perdas por evaporação do GNL – Gás Natural Liquefeito, objeto de discussão em âmbito administrativo, ocasionando a elevação do prejuízo acumulado e evidenciando um passivo a descoberto em seu patrimônio.

9.2. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Participação nas Ações Ordinárias	Saldo Contábil	
					31/12/2022	31/12/2021
CEB Geração S/A	7.575	33.937	100,00%	100,00%	33.937	31.832
CEB Lajeado S/A*	112.284	387.908	59,93%	100,00%	136.781	107.941
CEB Participações S/A	21.270	36.303	100,00%	100,00%	36.303	33.577
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	175.650	182.543	100,00%	100,00%	182.543	169.884
CIA Brasiliense de Gás	7.721	(768)	25,00%	56,25%	(201)	183
Corumbá Concessões S/A	280.014	462.560	32,52%	22,59%	148.948	133.912
Energética Corumbá III S/A	121.586	211.672	37,50%	25,00%	74.349	81.022
Operações Continuadas					612.660	558.351

* O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Saldo Contábil	
					31/12/2022	31/12/2021
Corumbá Concessões S/A	280.014	462.560	34,06%	24,18%	156.050	140.250
Energética Corumbá III S/A	121.586	211.672	37,50%	25,00%	74.349	81.022
Investco S/A	804.459	857.999	16,98%	20,00%	193.671	182.535
Total					424.071	403.807

9.2.1. Informações financeiras resumidas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Geração S/A	40.162	6.224	12.579	35.475	3.643	10.953
CEB Lajeado S/A	509.368	70.299	221.056	406.599	70.299	240.925
CEB Participações S/A	48.503	9.685	20.609	43.258	9.685	20.918
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	188.651	81.449	-	251.333	81.449	5.834
CIA Brasiliense de Gás	1.355	1.462	10.361	2.503	1.462	7.794
Corumbá Concessões S/A	546.508	83.948	279.709	568.339	155.596	235.634
Energética Corumbá III S/A	255.716	44.043	71.892	265.760	48.558	62.095

9.2.2. Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial
CEB Geração S/A	4.970	4.970	4.092	4.092
CEB Lajeado S/A	144.207	80.645	79.740	44.596
CEB Participações S/A	21.658	21.655	16.198	16.198
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	12.659	12.659	(5.766)	(5.766)
CIA Brasiliense de Gás	(2.711)	(657)	(69)	(12)
Corumbá Concessões S/A	121.345	39.466	81.168	26.396
Energética Corumbá III S/A	45.124	16.922	40.659	15.246
Total	347.252	175.660	216.021	100.752

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre os resultados apurados das coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9.2.3. Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Controladora							Total
	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	CEB IPES	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99.344	122.974	65.776	33.094	21.791	127	100	343.206
Cisão e Aumento/(Redução) de Capital	-	-	-	-	-	68	175.550	175.618
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(33)	-	-	-	-	-	-	(33)
Ajuste de Exercício Anterior	-	60	-	-	-	-	-	60
Resultado de Equivalência Patrimonial	44.593	26.398	15.246	16.199	4.092	(12)	(5.766)	100.750
Pagamento / (Reversão) de Dividendos	(35.963)	(15.520)	-	(15.716)	5.949	-	-	(61.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	107.941	133.912	81.022	33.577	31.832	183	169.884	558.351
Cisão e Aumento/(Redução) de Capital	-	-	-	-	-	273	-	272
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	6	(516)	-	-	(1.622)	-	-	(2.132)
Resultado de Equivalência Patrimonial	80.645	39.466	16.922	21.655	4.970	(657)	12.659	175.660
Pagamento / (Reversão) de Dividendos	(51.811)	(23.914)	(23.595)	(18.929)	(1.242)	-	-	(119.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	136.781	148.948	74.349	36.303	33.937	(201)	182.543	612.660

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	181.860	128.795	65.776	376.431
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.516	27.657	15.246	48.419
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas	-	57	-	57
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(4.841)	(16.259)	-	(21.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	182.535	140.250	81.022	403.807
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	-	(516)	-	(516)
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.071	41.344	16.921	80.336
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(10.936)	(25.027)	(23.594)	(59.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	193.671	156.050	74.349	424.071

	Controladora Operação Descontinuada CEB Distribuição S.A.	
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	961.965
Resultado de Operação Descontinuada	(8.746)	
Cisão Parcial	(179.127)	
Ajuste de Exercício Anterior	34.746	
Saldo em 28 de fevereiro de 2021 (*)	808.838	

* Após essa data a CEB Distribuição deixa de ser gerida pelo grupo CEB.

9.3. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 249.861 (R\$ 229.219 – 2021).

9.4. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Em 13 de outubro de 2020, na 103ª AGE, os acionistas da Companhia aprovaram a alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social total votante da CEB DIS, a ser realizada em leilão organizado pela Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Assim, determinadas rubricas das demonstrações financeiras correspondentes às operações da CEB DIS, relativa ao período findo em 28 de fevereiro de 2021 foram reclassificadas para apresentação segregada das Operações Descontinuadas conforme determina a norma contábil.

Estamos apresentando as informações relativas ao período findo em 28 de fevereiro de 2021, período pelo qual a CEB Distribuição S.A. era uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, que após sua alienação societária, a distribuidora passou a ser controlada pelo Grupo Neoenergia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Segue o resultado das operações da CEB Distribuição no exercício de sua alienação:

	28/02/2021
Receita Operacional Líquida	509.925
Custo de operação e com Energia Elétrica	(431.281)
Custo com Serviços Prestados	-
Lucro Bruto	78.644
Despesas Operacionais	(97.588)
Resultado do Serviço	(18.944)
Resultado Financeiro	(531)
Lucro Líquido Antes dos Tributos	(19.475)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.729
Lucro (Prejuízo) do Período da Operação Descontinuada	(8.746)

10. IMOBILIZADO

10.1. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora			
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado em Serviço	28.761	329	-	29.090
Terrenos	11.036	-	-	11.036
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.825	-	-	2.825
Edificações - Direito de Exploração	12.419	-	-	12.419
Máquinas e Equipamentos	990	60	-	1.050
Móveis e Utensílios	1.214	85	-	1.299
Equipamentos de Informática	277	184	-	461
(-) Depreciação Acumulada	(2.879)	(2.964)	-	(5.843)
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(951)	(171)	-	(1.122)
Edificações - Direito de Exploração	(1.242)	(2.484)	-	(3.726)
Máquinas e Equipamentos	(319)	(101)	-	(420)
Móveis e Utensílios	(262)	(125)	-	(387)
Equipamentos de Informática	(105)	(83)	-	(188)
Total	25.882	(2.634)	-	23.247

	Consolidado			
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado em Serviço	79.902	1.538	(20.325)	61.115
Terrenos	13.729	16	-	13.745
Reservatórios, Barragens e Adutoras (a)	17.247	-	(5.741)	11.506
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias (a)	12.505	603	(4.678)	8.430
Edificações - Direito de Exploração	12.419	1	-	12.420
Máquinas e Equipamentos (a)	21.436	128	(9.564)	12.000
Veículos	139	-	(7)	132
Móveis e Utensílios	2.092	215	-	2.307
Equipamentos de Informática	-	575	-	575
Outros	335	-	(335)	-
(-) Depreciação Acumulada	(25.339)	20.465	(15.012)	(19.886)
(-) Reservatórios, Barragens e Adutoras (a)	(5.898)	5.741	(4.407)	(4.564)
(-) Edificações, Obras Civas e Benfeitorias (a)	(6.695)	4.678	(2.039)	(4.056)
(-) Edificações - Direito de Exploração	(1.242)	-	(2.484)	(3.726)
(-) Máquinas e Equipamentos (a)	(10.556)	9.564	(5.518)	(6.510)
(-) Veículos	(22)	7	(44)	(59)
(-) Móveis e Utensílios	(451)	-	(245)	(696)
(-) Equipamentos de Informática	-	-	(275)	(275)
(-) Outros	(475)	475	-	-
Imobilizado em Curso	633	342	(722)	253
Máquinas e Equipamentos	158	253	(158)	253
Sistema de Transmissão	475	89	(564)	-
Total	55.196	22.345	(36.059)	41.482

(a) As baixas registradas no exercício de 2022 referem-se à reclassificação dos ativos imobilizados da CEB Geração, em função do reconhecimento do ativo de Contrato. (Vide nota 1.4)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos do Grupo na data das demonstrações financeiras.

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente leva em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

11. INTANGÍVEL

	Controladora			
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Intangível em Serviço	5.616	-	-	5.616
Softwares	5.616	-	-	5.616
(-) Amortização Acumulada	(3.673)	(1.106)	-	(4.779)
(-) Softwares	(3.673)	(1.106)	-	(4.779)
Intangível em Curso	2.115	277	-	2.392
Softwares	2.115	277	-	2.392
Total	4.058	(829)	-	3.229

	Consolidado			
	31/12/2021 Reapresentado	Adições	Baixas	31/12/2022
Intangível em Serviço	8.976	56.336	(1.441)	63.871
Uso do Bem Público (a)	3.002	5	(1.441)	1.566
Softwares	5.850	-	-	5.850
Repactuação do Risco Hidrológico	-	56.331	-	56.331
Outros (a)	124	-	-	124
(-) Amortização Acumulada	(6.177)	(5.534)	1.441	(10.270)
(-) Uso do Bem Público (a)	(2.206)	(271)	1.441	(1.036)
(-) Softwares	(3.907)	(1.106)	-	(5.013)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	-	(4.151)	-	(4.151)
(-) Outros (a)	(64)	(6)	-	(70)
Intangível em Curso	2.115	277	-	2.392
Softwares	2.115	277	-	2.392
Direito de Exploração da Concessão	64.755	(4.738)	-	60.017
Ágio da concessão	158.946	-	-	158.946
(-) Amortização Acumulada - Ágio da Concessão	(94.191)	(4.738)	-	(98.929)
Total	69.669	46.341	-	116.010

(a) Para fins de adequação do quadro acima, os valores apresentados na rubrica de Uso do Bem Público e Outros referentes ao exercício de 2021, ainda contemplava ativos pertencentes a CEB Distribuição, mesmo estes não fazendo mais parte do Grupo CEB, por motivo da alienação. Em função disso, apenas o quadro do intangível de 2021 foi reapresentado, uma vez que não há impacto econômico ou financeiro nas demonstrações financeiras do grupo.

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

11.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO – CEB LAJEADO

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito trata-se de uma operação de reestruturação societária decorrente do contrato de compra e venda de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabeleceu para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 de amortização ao ano.

O saldo desse direito de exploração é revisto anualmente para identificar se há algum índice de desvalorização dos ativos e que possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Baseado na conclusão dos estudos realizados pela CEB Lajeado para este fim, a Administração concluiu que o valor recuperável destes ativos é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2022, sendo assim, nenhuma provisão é requerida.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim mostrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio	158.946	158.946
(-) Amortização Acumulada	(98.928)	(94.190)
Saldo Líquido	60.017	64.756

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	1.927	1.816
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	211	67
Materiais e Serviços	10.502	8.243	13.356	8.416
Arrendamento Mercantil	9.234	11.468	9.492	12.239
Total	19.736	19.711	24.986	22.538

12.1. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia em julho de 2021, efetuou a locação da área da sua nova Sede. Esse contrato possui condições que, pelo entendimento da Companhia, se enquadram como um arrendamento mercantil.

(a) Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia e suas controladas analisaram todos os contratos na data da sua assinatura, quando foi identificado que apenas o contrato da CEB era passivo de arrendamento. Isso porque apenas o contrato da CEB com a IPÊ Amarelo, locadora do imóvel, apresentava características de um imóvel "livre e desimpedido" para as atividades normais.

(b) Prazo de Arrendamento

A Companhia analisou para o contrato o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. Desta forma, considerou-se o prazo de 60 meses.

(c) Taxa de desconto

A Companhia adotou, para fins de adoção a uma taxa de desconto razoável para o negócio, a taxa de 6,98% a.a. a qual é o custo de capital (WACC) do setor de geração, já que é o seguimento que mais influencia os negócios do Grupo.

(d) Valor do contrato

O valor total do contrato é de R\$ 14.673 (60 parcelas de R\$ 244,55).

(e) Ajuste a valor presente

Considerando o prazo de 60 meses, a taxa de desconto e o montante envolvido, o ajuste a valor presente, no momento inicial da contratação, foi de R\$ 2.253, contabilizados no momento "zero" como redutores do novo ativo registrado e do novo passivo de obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1. RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Federais	6.043	7.592	68.364	44.073
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.717	5.146	45.727	30.611
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	2.052	971	16.826	8.941
PIS	220	256	964	773
COFINS	1.053	1.219	4.829	3.748
Outros	-	-	18	-
Estaduais/Municipais	-	-	5	138
ICMS	-	-	-	138
ISS	-	-	5	-
Contribuições Sociais	396	-	1.645	-
IRRF sobre Folha	151	-	771	-
INSS sobre Folha	189	-	662	-
FGTS	56	-	212	-
Retenções	390	26	487	37
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	3	-	43	-
PIS, COFINS e CSLL	184	-	218	-
INSS Pessoa Jurídica	159	-	175	-
ISS	44	26	51	37
Parcelamentos - PERT	2.448	-	2.448	-
Parcelamento Especial de Regularização Tributária	2.448	-	2.448	-
Outros	-	603	1.314	2.316
Total	9.277	8.221	74.263	46.564
Circulante	5.607	4.552	52.279	42.445
Não Circulante	3.670	3.669	21.984	4.119

13.1.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB IPES e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	211.444	1.845.888	211.445	1.845.888	364.868	1.932.208	364.868	1.932.208
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido	-	-	-	-	(29.893)	(20.221)	(29.893)	(20.221)
Total do Resultado Tributável	211.444	1.845.888	211.444	1.845.888	334.974	1.911.987	334.974	1.911.987
Equivalência Patrimonial	(175.660)	(100.752)	(175.660)	(100.752)	(80.336)	(100.267)	(80.336)	(100.267)
Adições/Exclusões Permanentes	6.887	(17.130)	6.887	(17.130)	6.540	(21.207)	6.540	(21.207)
Adições/Exclusões Temporárias	1.820	(2.392)	1.820	(2.392)	(52.869)	(3.392)	(52.869)	(3.392)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	44.490	1.725.614	44.490	1.725.614	210.594	1.781.121	210.594	1.781.121
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	(5.504)	-	-	-
(+) Benefício Fiscal	-	-	-	-	211	158	-	-
Base de Cálculo	44.490	1.725.614	44.490	1.725.614	205.300	1.781.279	210.594	1.781.121
Alíquota Aplicável	25%		9%		25%		9%	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	(11.099)	(431.380)	(4.004)	(155.305)	(52.366)	(460.851)	(18.953)	(165.981)
IRPJ – Lucro Presumido	-	-	-	-	(1.657)	(1.327)	(743)	(618)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(11.099)	(431.380)	(4.004)	(155.305)	(54.023)	(462.178)	(19.697)	(166.599)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	-	(12.543)	(203)	(4.529)	(73)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.099)	(431.380)	(4.004)	(155.305)	(66.566)	(462.381)	(24.226)	(166.672)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Empresa	Movimentação do exercício	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Repactuação do Risco Hidrológico/Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	47.670	11.918	4.290
Ativo de Contrato/Rendimentos Financeiros a Resgatar	CEB Geração S.A.	4.999	606	228
Total		52.669	12.524	4.518

(i) Realização de Custo Atribuído

A Companhia não reconheceu, em 2022, passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 10).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.698	2.698	3.029	3.029
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	971	1.090	1.090
Total	3.669	3.669	4.119	4.119
Não Circulante	3.669	3.669	4.119	4.119

14. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos declarados e Juros Sobre o Capital Próprio	52.448	271.599	67.841	271.599
Participação Beneficiária - Eletrobrás	-	-	16.023	17.207
Total	52.448	271.599	83.864	288.806

A Companhia, no início do exercício de 2019, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817, que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018, conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 1.4. Deste montante bloqueado, R\$ 583 estão destinados ao Governo do Distrito Federal.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Folha de Pagamento	-	-	180	-
Férias	329	321	1.921	1.286
Consignações em Favor de Terceiros	561	-	817	-
Participações nos Lucros - Empregados	-	-	1.154	-
Encargos sobre Provisões	-	-	-	67
Outros	586	-	665	3
Total	1.476	321	4.737	1.356

16. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

16.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	-	-	146	1.171
Cíveis	189	100	251	123
Fiscais	8.284	8.284	8.630	9.795
Ambientais	-	-	1.201	-
Total	8.473	8.384	10.228	11.089
Circulante	-	-	347	1.482
Não Circulante	8.473	8.384	9.881	9.607

16.1.1. Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100	100	200
Constituição de Provisão	-	8.184	8.184
Reversão de Provisão	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100	8.284	8.384
Constituição de Provisão	129	-	-
Reversão de Provisão	(40)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	189	8.284	8.473

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	3.258	1.163	-	4.421
Constituições de Provisão	1.171	-	9.484	-	10.655
Reversão de Provisão	-	(3.135)	(852)	-	(3.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.171	123	9.795	-	11.089
Constituições de Provisão	-	168	-	1.627	1.795
Reversão de Provisão	(1.025)	(40)	(1.165)	(426)	(2.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146	251	8.630	1.201	10.228

a) Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes na rede de iluminação pública; danos morais; e questionamentos indenizatórios/compensatórios, inclusive de demandas ambientais.

b) Demandas fiscais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial.

b.1) Processos de Execução Fiscal

A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, anteriores ao período da desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento.

Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a compensação.

A Companhia reconheceu uma provisão tributária em função da alteração de classificação realizada pelos consultores jurídicos, que modificou a classificação de possível para provável, de um processo em que a Companhia é ré em contraparte a Receita Federal do Brasil – RFB.

16.2. PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	130.916	130.916	130.916	130.916
Cíveis	6	649	6	649
Total	130.922	131.565	130.922	131.565

A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB, anteriores ao período de desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento.

Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a homologação das compensações.

16.3. ATIVO CONTINGENTE – ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo êxito provável classificados pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2022, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	202	202	202	202
Cíveis (a)	28.418	26.937	28.418	26.937
Total	28.620	27.139	28.620	27.139

(a) A variação se refere, em sua grande maioria, a processos vencidos pela CEB, no decorrer de 2022, contra o GDF. Agora os processos aguardam a emissão dos respectivos precatórios.

17. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimentos a Pessoas Ligadas a Administração	3	-	7	-
Parcelamento de Multa ANEEL	-	-	-	427
Consumidores	-	311	-	311
Arrendamentos	-	-	3.962	2.168
Cauções em Garantia	66	127	184	158
Obrigações com Empresas Ligadas	-	65	-	134
Benefícios Pós-empregos	-	-	711	-
Adiantamentos Recebidos (a)	-	-	-	77.004
Outros	1.877	1.182	2.399	1.677
Total	1.946	1.685	7.263	81.879
Circulante	1.946	1.685	6.734	81.350
Não Circulante	-	-	529	529

(a) Tratava-se do adiantamento recebido da TERRACAP, para posterior baixa em contrapartida com os valores registrados como Títulos de Créditos a receber, quando da quitação da dívida com a CEB IPES, esse valor foi devidamente confrontado com o Títulos de Créditos a receber e está apresentado por seu valor líquido na rubrica de Outros Ativos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (R\$ 566.025 – 2021). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ações Ordinárias	35.920.890	35.920.890
Ações Preferenciais	36.161.025	36.161.025
Classe A	6.565.010	6.565.010
Classe B	29.596.015	29.596.015
Total	72.081.915	72.081.915
Patrimônio Líquido	977.096	829.002
Valor Patrimonial por Ação - em R\$	13,56	11,50

18.2. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A composição do saldo da rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	7.124	7.124
Reserva Reflexa pelo reconhecimento de Ativos de contrato	(1.622)	-
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	20.421	20.421
Perda Atuarial – Plano de Previdência	(11)	(17)
Total	25.912	27.528

18.3. RESERVA DE LUCROS

18.3.1. Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

18.4. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia apurou um Lucro Líquido no exercício de 2022 no montante de R\$ 196.342 (R\$ 1.250.457 em 2021).

18.4.1. Demonstrativo da Destinação do Resultado

	2022	2021
Lucro do Exercício	196.342	1.250.457
Efeito da Reapresentação de Exercício Anteriores (a)	-	34.750
Prejuízos Acumulados a Absorver (a)	-	(52.483)
Lucro Base para Distribuição	196.342	1.232.724
Constituição da Reserva Legal (5%)	(9.818)	(61.636)
Lucro Líquido Ajustado	186.524	1.171.088
Dividendos Intercalares	-	(869.219)
Dividendo mínimo obrigatório a distribuir	(46.632)	(265.780)
Reserva Estatutária para Expansão dos Negócios Sociais (b)	(139.892)	(36.089)

(a) Os valores registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos acumulados se referem a: prejuízo acumulado lançado diretamente neste grupo na subsidiária CEB Distribuição S.A. antes da sua alienação que, por equivalência, também foi registrado na Companhia no mesmo grupo de contas pelo montante aproximado de R\$ 34.746 referente a ajuste de exercícios anteriores.

(b) Refere-se a reserva estatutária prevista no art. 38, IV do estatuto social da companhia, em conformidade com o previsto no plano de negócio da companhia para o exercício de 2023-2027.

18.4.2. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

As ações preferenciais classe A têm prioridade no recebimento dos dividendos mínimos de 10% (cinco por cento) ao ano, calculado proporcionalmente ao que elas representam no capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente. Essa prioridade no recebimento dos dividendos não garante, por si só, o pagamento de dividendos nos exercícios sociais em que a companhia não auferir lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para as ações preferenciais classe B serão sempre asseguradas, na forma do art. 17, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 13.303/2001, o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

O pagamento de dividendos poderá ser realizado apenas aos detentores de ações preferenciais, caso os dividendos prioritários absorvam todo o lucro líquido ajustado do exercício ou alcancem valor igual ou superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25%.

19. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

19.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de Energia (a)	-	-	281.093	237.228
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	-	-	7.782	70.433
Receita da Prestação de Serviços (c)	65.222	71.686	65.222	71.686
Receita da Venda de Gás	-	-	12.953	9.960
Receita Operacional Bruta	65.222	71.686	367.050	389.307
Impostos	(1.306)	(1.434)	(2.999)	(2.832)
Contribuições	(6.304)	(6.867)	(32.484)	(35.113)
Encargos do Consumidor	-	-	(8.861)	(8.274)
Devoluções de Vendas	-	-	(489)	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(7.610)	(8.301)	(44.833)	(46.219)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57.612	63.385	322.217	343.088

(a) O aumento da receita deve-se ao reajuste de contrato de compra e venda de energia.

(b) A redução em 2022 deve-se pela sazonalidade na geração de energia no âmbito do MCP, redução no preço das liquidações das diferenças por estratégias adotadas pela comercialização. Em contrapartida, no mesmo período houve um menor custo de compra de energia no âmbito da CCEE.

(c) A Receita de Prestação de Serviços da CEB é oriunda das atividades de manutenção, expansão e efficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal. Os recursos utilizados para essa atividade são os arrecadados dos contribuintes que efetuam o pagamento das suas contas de energia elétrica e recolhidas ao GDF como Contribuição para Iluminação Pública.

19.2. CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Energia Elétrica de Curto Prazo	(7.855)	(69.202)
Encargos do Uso da Rede Elétrica	(19.905)	(18.037)
Prêmio de Seguro – Repactuação do Risco Hidrológico	(1.391)	(1.382)
Total	(29.151)	(88.621)

19.3. CUSTO COM REVENDA DE GÁS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Revenda de Gás	(9.744)	-
Total	(9.744)	-

Par fins de apresentação os custos com a revenda de Gás na Controlada CEB Gás em 2022 foram apresentados separadamente, já em 2021 o valor do custo de R\$ 7.085 foi apresentado na rubrica Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas.

19.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e Administradores	(20.779)	(12.249)	(41.721)	(28.738)
Serviços de Terceiros	(29.420)	(32.622)	(47.372)	(44.725)
(Provisão) Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.550)	136	(4.791)	136
Depreciação e Amortização	(4.070)	(2.556)	(9.780)	(9.933)
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-	-	(42.139)	(23.656)
Material	(17.351)	(17.820)	(17.705)	(17.943)
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	(216)	(441)	(809)	(8.606)
Total	(74.386)	(65.552)	(164.318)	(133.465)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Classificação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da Operação	-	-	(59.628)	(39.870)
Custo dos Serviços Prestado a Terceiros	(46.672)	(45.013)	(49.489)	(47.781)
Despesas com Vendas	-	-	-	839
Despesas Gerais e Administrativas	(27.714)	(21.378)	(55.201)	(46.653)

19.5. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas	5.540	1.709.650	87.915	1.717.249
Ganho na Alienação de Investimento (a)	-	1.706.162	23.312	1.712.372
Receita de Aluguel	2.876	-	4.456	-
Renda em Função do Serviço Prestado	-	-	1.242	-
Recuperação de Despesas Compartilhadas	2.664	-	2.574	-
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	-	56.331	-
Outras Receitas	-	3.488	-	4.877
Outras Despesas	(90)	(8.183)	(2.876)	(7.465)
(Provisão) Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	(90)	(8.183)	1.287	(7.465)
Amortização da Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	-	(4.151)	-
Outras Despesas	-	-	(12)	-
Total	5.450	1.701.467	85.039	1.709.784

(a) A receita com o Resultado na Alienação de Bens se refere ao ganho de capital sobre a venda da CEB Distribuição, hoje Neoenergia Distribuidora Brasília, em março de 2021.

19.6. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Rendimentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	4.505	10.473	4.665	57.577
Rendimentos de Aplicação Financeira	45.248	47.435	80.039	54.326
Tributos sobre Receitas Financeiras	(3.183)	(2.916)	(4.541)	(3.177)
Juros e Variações Monetárias sobre Ativos	1.316	121	1.323	911
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios	-	-	65	187
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	193	-
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-	(7.614)	-	(54.623)
Outras Receitas Financeiras	-	1	74	165
Despesas				
Juros e Variações Monetárias sobre Passivos	-	(297)	(421)	(382)
Encargos de Dívida	-	(904)	-	(1.003)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(700)	-	(787)	-
Outras Despesas Financeiras	(79)	(463)	(121)	(978)
Total	47.107	45.836	80.489	53.003

20. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

20.1. BÁSICO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

20.2. DILUÍDO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Ajustado Atribuível aos Acionistas da Companhia	196.342	1.250.457
Lucro Alocado às Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	93.985	598.569
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	17.177	109.396
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	85.180	542.492
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	35.921	35.921
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	6.565	6.565
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	29.596	29.596
Lucro Por Ação - R\$		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	2,61644	16,66354
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	2,61644	16,66354
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	2,87808	18,32989

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

21.1. CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

21.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	4.181	4.331	10.216	8.764
Demais Benefícios de Curto Prazo	90	79	172	79
Total	4.271	4.410	10.388	8.843

O Grupo pratica a concessão de empréstimo no valor de uma remuneração, quando solicitado, em razão da licença remunerada anual apenas para os diretores, não incluindo conselheiros.

21.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

21.3.1. Operações da Controladora com seus acionistas controladores e suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo		47.032	30.627
Contas a Receber, Líquido da PECLD		7.384	9.982
Governo do Distrito Federal	a	7.384	9.982
Demais Ativos		39.648	20.645
Dividendos/ISCP	b	39.648	20.645
CEB Lajeado S.A.		19.530	9.448
CEB Geração S.A.		1.243	1.023
CEB Participações S.A.		10.829	8.099
Corumbá Concessões S.A.		3.749	2.075
Energética Corumbá III S.A.		4.297	-
Passivo		37.634	213.318
Dividendos	c	37.048	213.266
Governo do Distrito Federal		37.048	213.266
Pessoal Requisitado		586	52
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.		586	52

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
Receitas		65.222	71.686
Receita de Prestação de Serviços		65.222	71.686
Governo do Distrito Federal	a	65.222	71.686
Despesas		(2.550)	201
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.550)	201
Governo do Distrito Federal	d	(2.550)	201

- a) Representa a receita oriunda da prestação de serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF;
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;
- c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador, entre os quais R\$ 583 estão bloqueados judicialmente; e
- d) Representa as variações sobre as EPCLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de iluminação pública por serviços prestados pela CEB.

21.3.2. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanco Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo		23.714	12.008
Contas a Receber, Líquido da PECLD		7.384	9.983
Governo do Distrito Federal	a	7.384	9.983
Demais Ativos		16.330	5.025
Dividendos/JSCP	b	16.330	5.025
Investco S.A.		8.103	2.830
Corumbá Concessões S.A.		3.929	2.195
Energética Corumbá III S.A.		4.298	-
Passivo		37.048	213.266
Dividendos	c	37.048	213.266
Governo do Distrito Federal		37.048	213.266

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Receitas		65.222	71.686
Receita de Prestação de Serviços		65.222	71.686
Governo do Distrito Federal	a	65.222	71.686
Despesas		(2.550)	136
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.550)	136
Governo do Distrito Federal	d	(2.550)	136

- a) Representa valores a receber advindos dos serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados e faturados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;
- c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;
- d) Representa as variações sobre as EPCLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

21.3.3. Operações com a FACEB

Em 2022 foi aprovada a Retirada de Patrocínio da Fundação dos Empregados da CEB – FACEB, que até o referido período a Companhia e suas controladas patrocinavam o plano de benefícios complementar de aposentadoria e plano de assistência à saúde. O prazo previsto para finalização do processo de portabilidade ou retirada integral dos montantes devidos é até 31 de maio de 2023.

22. SEGUROS

22.1. ADMINISTRADORES

Em 2022, a Companhia contratou seguro de responsabilidade civil para os administradores (D&O) com importância segurada de R\$ 15.370 mil, em garantia única, com prêmio de R\$ 98 mil. O contrato é de 1 ano e é válido até 07 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2022, a Companhia contratou seguro de vida para cobertura de acidentes pessoais e coletivos para os ocupantes do cargo de diretoria da Companhia Energética de Brasília - CEB, CEB Geração S.A., CEB Participações e CEB Iluminação Pública e Serviços, pelo sistema de registro de preços – SRP, com vigência até 02 de maio de 2025.

22.2. PATRIMONIAL

Em 2022, a Companhia contratou Seguro Patrimonial para os ativos alocados na sede da Companhia, com vigência até novembro de 2023.

A CEB Geração S.A. adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém a administração está impossibilitada em contratar o seguro patrimonial por falta de interesse das seguradoras em apresentar propostas, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada do ponto de vista contábil, mas em boas condições operacionais, não tem encontrado no mercado de seguradoras, empresa que se disponha a efetuar o seguro patrimonial, conforme se demonstra nos Processos SEI nº (00311-00000024/2020-16) e nº (00311-00000038/2022-00). O Poder Concedente considerando a impossibilidade de contratação do seguro patrimonial, para Usinas de elevada idade e equipamentos depreciados, não tem incluído as cláusulas de seguros, nos Contratos de Concessão e Prestação de Serviços, desde o ano de 2020.

As demais empresas do grupo não possuem contratação de seguros patrimoniais por entenderem que não possuem ativos com risco que sejam necessários cobertura de seguros.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui três segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicos. Para cada uma delas, a administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A. e a CEB Participações S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista e é a concessionária de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; a Companhia Brasileira de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado; e a CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., que possui como atribuição prestar serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais.

As informações referentes a cada segmento de negócio, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão contempladas nos quadros seguintes:

23.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/12/2022				
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
ATIVOS DO SEGMENTO	12.611	17.372	23.943	-	53.926
Adições (Reduções) aos Ativos do Seguimento no Exercício	1.747	(542)	(1.963)	-	(758)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	-	200.774	620.201	(389.464)	431.511
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.579	241.665	67.973	-	322.217
Custo com Energia Elétrica	(615)	(28.536)	-	-	(29.151)
Custo com Revenda de Gás	-	-	(9.744)	-	(9.744)
Custo de Operação	(3.830)	(53.455)	(2.343)	-	(59.628)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(1.401)	(1.358)	(46.730)	-	(49.489)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	6.732	158.316	9.157	-	174.205
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(3.288)	73.567	158.969	(119.074)	110.174
Despesas com Vendas	-	-	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(3.158)	(3.996)	(46.931)	(1.115)	(55.201)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	23.750	175.660	(119.074)	80.336

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Exercício findo em 31/12/2022				
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(130)	53.813	30.240	1.115	85.038
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	3.444	231.883	168.125	(119.074)	284.379
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	3.119	19.771	57.598	-	80.489
Receitas Financeiras	3.172	20.258	58.388	-	81.818
Despesas Financeiras	(52)	(487)	(790)	-	(1.329)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	6.563	251.654	225.724	(119.074)	364.868
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.593)	(69.765)	(19.434)	-	(90.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(728)	(53.557)	(19.434)	-	(73.719)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(865)	(16.208)	-	-	(17.073)
Participações (Partes Beneficiárias)	-	(16.023)	-	-	(16.023)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.970	165.866	206.290	(119.074)	258.053
Atribuído aos Acionistas Controladores					196.341
Atribuído aos Acionistas Não Controladores					61.711

	Exercício findo em 31/12/2021					
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	OUTROS	DISTRIBUIÇÃO	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
ATIVOS DO SEGMENTO	10.864	17.914	25.906	-	-	54.684
Adições (Reduções) aos Ativos do Seguimento no Exercício	(42)	(612)	(152)	-	-	(806)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	-	188.873	559.713	-	(337.290)	411.296
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.953	261.551	70.585	-	-	343.088
Custo com Energia Elétrica	(692)	(87.930)	-	-	-	(88.622)
Custo de Operação	(590)	(32.391)	(6.889)	-	-	(39.870)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(2.567)	(5)	(45.210)	-	-	(47.782)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	7.104	141.226	18.486	-	-	166.816
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(3.499)	127	1.783.614	(8.746)	(59.107)	1.712.389
Despesas com Vendas	-	-	839	-	-	839
Despesas Gerais e Administrativas	(3.483)	(8.551)	(34.618)	-	-	(46.653)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	6.773	109.498	(8.746)	(59.106)	48.419
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(16)	1.905	1.707.895	-	-	1.709.784
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	3.605	141.352	1.802.100	(8.746)	(59.106)	1.879.205
RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS	1.298	5.006	46.699	-	-	53.003
Receitas Financeiras	1.356	5.471	81.934	-	-	88.760
Despesas Financeiras	(57)	(465)	(35.235)	-	-	(35.757)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	4.903	146.358	1.848.799	(8.746)	(59.106)	1.932.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(810)	(41.560)	(586.685)	-	-	(629.055)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(840)	(41.254)	(586.685)	-	-	(628.779)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	29	(306)	-	-	-	(276)
Participações (Partes Beneficiárias)	-	-	-	-	-	-
LUCRO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	4.093	104.798	1.262.114	(8.746)	(59.107)	1.303.153
Lucro / (Prejuízo) Proveniente Das Operações Descontinuadas	-	-	-	(8.746)	-	(8.746)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.093	104.798	1.262.114	(8.746)	(59.107)	1.294.407
Atribuído aos Acionistas Controladores						1.250.457
Atribuído aos Acionistas Não Controladores						43.950

24. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de Operações Continuadas	211.444	1.845.888	364.868	1.932.208
Ajustes ao Lucro do Exercício				
Resultado gerado diretamente na conta de lucros e prejuízos acumulados	700	17.733	778	17.733
Depreciação e Amortização	4.070	2.556	9.780	9.933
Resultado de Equivalência Patrimonial	(175.660)	(100.752)	(80.336)	(48.419)
Resultado de Operação Descontinuada		8.746		8.746
Ganho de Alienação do Investimento		(1.706.162)	(23.312)	(1.706.162)
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	2.550	(136)	4.791	(136)
Ganho na Repactuação do Risco Hidrológico			(56.331)	
Encargos da Dívida		904		1.003
Reversão de Juros sobre Capital Próprio		7.614		54.623
Provisões/(Reversões) de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	90	8.184	(1.287)	7.466
	(168.250)	(1.761.313)	(145.917)	(1.655.213)
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	49	67.810	(2.406)	262.681
Estoques	535	(2.375)	518	(2.371)
Aplicações Financeiras		-		(43)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(1.881)	(10)	(2.733)	(1.029)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(1.186)	10.203	(1.581)	(9.740)
Demais Créditos	202	20.227	67.143	(161.136)
	(2.281)	95.855	60.941	88.362
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	25	5.328	1.548	5.989
Obrigações Tributárias	1.154	82.433	28.481	35.348
Encargos Regulatórios	-	-	1.002	(4.241)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.004	(317)	2.758	410
Obrigações Societárias		(288.058)		(282.642)
Benefícios Pós-Emprego		-		(408)
Demais Obrigações	314	296	(74.435)	77.001
	2.497	(200.318)	(40.646)	(168.543)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	104.953	83.972	50.950	47.820
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social	(19.708)	(586.685)	(91.304)	(628.779)
Pagamento de Encargos da Dívida		(904)		(1.003)
	85.245	(503.617)	(40.354)	(581.962)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Continuadas	128.656	(523.505)	198.892	(385.148)

25. EVENTO SUBSEQUENTE

25.1.1. AQUISIÇÃO DE SALAS NO EDIFÍCIO SEDE DA COMPANHIA

Em 10 de janeiro de 2023 foi assinado o Contrato de compra e venda de imóvel, entre a COMPANHIA ENEGÉTICA DE BRASÍLIA e a IPÊ AMARELO EMPREENDIMENTOS, de aquisição de 46 (quarenta e seis) unidades imobiliárias (salas comerciais) localizadas no Ed. ION – Escritórios Inteligentes, imóvel situado na Quadra 601, Bloco H, do Setor de Grandes Áreas Nortes – SGAN, Asa Norte, Brasília – DF, no valor total de R\$ 34.343 mil.

25.1.2. REDUÇÃO DE CAPITAL CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A.

Em fevereiro de 2023 a CEB manifestou a intenção pela redução do capital social da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, mediante a transferência dos terrenos que estão registrados em propriedade para investimento na CEB IPES. Estudos estão sendo elaborados para que a referida redução de capital seja baseada na existência de capital excessivo ao seu objeto social, haja vista que a redução de capital não irá alterar seus índices de liquidez, ficando integralmente preservado, assim como a capacidade de cumprimento de suas obrigações.

25.1.3. EFEITOS DA COISA JULGADA

Em decisão tomada no dia 08/02/2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em relação a esse julgamento do STF, não há impacto direto para a Companhia e nem para as suas controladas no que se refere à tese da CSLL, pois nunca obtivemos no Judiciário decisão favorável transitada em julgado que afastasse a sua incidência.

Por fim, pelas análises levadas a efeito até o momento, não vislumbramos nenhuma tese esposada pela Companhia cujo entendimento do STF tenha sido alterado em desfavor do contribuinte, e que possa gerar efeitos adversos no seu caixa/resultado. Uma análise mais aprofundada das consequências do posicionamento do STF em relação à coisa julgada só poderá ser feita após a divulgação dos votos dos Ministros e, especialmente, após o julgamento dos embargos declaratórios que certamente serão opostos.

Brasília, 23 de março de 2022.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

WANDERSON SILVA DE MENEZES
Diretor de Regulação e de Fiscalização de Concessões

CLEONICE MARIA DE OLIVEIRA DO PRADO
Gerente Financeiro e Contábil
Contador CRC/DF nº 023.467-O

FERNANDO LEOVEGILDO DE SÁ LOPES
Assessor Contábil
Contador CRC/DF nº 023.800-O



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. - HOLDING

Secretaria de Órgãos Colegiados

Resolução SEI-GDF n.º de Diretoria n.º 032, de 21.03/2023

Brasília-DF, 21 de março de 2023

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 032, DE 21.03.2023

REFERÊNCIA: Processo SEI nº 00093-00000314/2022-16

2.689ª REUNIÃO ORDINÁRIA

RELATOR: Brás Kleyber Borges Teodoro, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores interino.

Assunto: Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Resolução: A Diretoria, acolhendo o voto do relator contido no Despacho – CEB-H/DF (108692522), com fundamento no inciso X, art. 27, do Estatuto Social da CEB e em consonância com o disposto: **i)** na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 24 (R2), de 24 de novembro de 2017, do Conselho Federal de Contabilidade; **ii)** na Instrução CVM nº 80, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 29 de março de 2022; **iii)** o disposto na Lei nº 6.404/1976, **RESOLVE: 1)** aprovar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 (108690296); **2)** autorizar a emissão das Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício de 2022, nos termos dispostos no Art. 27, § 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80/2022, a qual será publicada em jornal de grande circulação (108690296); **3)** encaminhar o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2022 (108690557) e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 (108690296) para manifestação e análise: **3.1)** do Conselho de Administração conforme disposto no inciso I do art. 19 do Estatuto Social da Companhia Energética de Brasília - CEB e no inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404/1976; **3.2)** do Conselho Fiscal conforme disposto nos incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/1976; **3.3)** para a revisão do Comitê de Auditoria Estatutário da CEB, conforme disposto no inciso III do art. 8º do Regimento Interno do CAE; **4)** aprovar a declaração de que tomou conhecimento, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis, bem como com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente (108691184), conforme disposto no Art. 27, § 1º, Incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/2022, e autorizar seu arquivamento na CVM e sua publicação ao mercado em geral, tão logo sejam aprovadas pelos órgãos de governança da CEB; e **5)** encaminhar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022 da Companhia Energética de Brasília - CEB nos termos da Proposta - CEB-H/DF/GRI (108692303), para opinião do Conselho Fiscal nos termos do inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/1976, e em seguida, encaminhar para análise do Conselho de Administração, se aprovado, convocar a Assembleia Geral conforme disposto no inciso X do art. 19 do Estatuto Social da Companhia Energética de Brasília - CEB e nos incisos IV e II do art. 142 e 132, respectivamente, ambos da Lei nº 6.404/1976, cuja proposta de destinação é:

Distribuição do Lucro do Exercício	2022
Lucro do Exercício	R\$ 196.341.491,43

Reserva Legal	(R\$ 9.817.074,57)
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$ 186.524.416,86
Dividendo a Distribuir - (60%)	(R\$ 111.914.650,12)
Reserva para Expansão de Novos Negócios (40%)	(R\$ 74.609.766,74)

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA <i>Diretor-Presidente</i>	BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO <i>Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores interino</i>
FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA <i>Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos</i>	WANDERSON SILVA DE MENEZES <i>Diretor de Regulação e Fiscalização de Concessões</i>

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO - Matr.0005497-6, Diretor(a) Administrativo(a)-Financeiro(a) e de Relações com Investidores**, em 21/03/2023, às 17:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA - Matr.0007214-h, Diretor(a) de Planejamento e de Gestão de Riscos**, em 21/03/2023, às 18:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON SILVA DE MENEZES - Matr.0005750-9, Diretor(a) de Regulação e Fiscalização de Concessões**, em 21/03/2023, às 18:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA - Matr.0006174-h, Diretor(a)-Presidente**, em 22/03/2023, às 20:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **108756230** código CRC= **B31A5A05**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN Quadra 601, Bloco H, Edifício ÍON Escritórios Eficientes - Bairro Asa Norte - CEP 70830-010 - DF

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros Independentes, nomeado pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CVM n.º 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 21”), e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia, e por seu Regimento Interno, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2022. **Atividades do Comitê:** O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar o controle interno, o gerenciamento de riscos, a elaboração das demonstrações financeiras e o acompanhamento das contingências no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Nesse período realizou 23 reuniões, 12 ordinárias e 11 extraordinárias, contemplando os seguintes trabalhos desenvolvidos: **a)** Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente; **b)** Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **c)** Supervisionou as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia; **d)** Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia; **e)** Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual; **f)** Avaliou e monitorou, juntamente com a Administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações; **g)** Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia, em especial riscos envolvendo processos judiciais e procedimentos administrativos em geral; e **h)** Elaborou cronograma de reuniões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Todos os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário, foram devidamente formalizados em atas. Ao longo do exercício de 2022 foram realizadas reuniões com Auditor Interno, Ouvidoria, Auditores Independentes, Assessoria Jurídica, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com os Investidores, Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos da Companhia, Diretor Presidente da FACEB e demais áreas que integram a Companhia. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs), os integrantes do Comitê reuniram-se com a Russell Bedford Brasil Auditores Independentes para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números divulgados e da independência dos auditores. O Comitê avaliou a Auditoria Independente seu relatório, datado de 24 de março de 2022, emitido sem ressalvas. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

Conclusão: A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, da gestão de riscos e compliance e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação de pontos indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia e suas controladas. Neste período foram examinados os relatórios da de Controles Internos e da Auditoria Interna até a data base de dezembro de 2022, e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Administração, Contabilidade, Auditoria Interna e Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, concluímos que as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Brasília – CEB, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Grupo CEB, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 24 de março de 2023.

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador

João Carlos de Oliveira – Membro

Wilmar Moreira da Silva - Membro



DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 23.03.2023

ASSUNTO: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, acompanhados das notas explicativas.

DECISÃO: *O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, art. 19, inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados das notas explicativas e da proposta de destinação do resultado do exercício, em conformidade com o disposto na Resolução de Diretoria nº 032, de 21.03.2023, e tomou conhecimento do relatório da RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, emitido sem ressalvas. O Conselho de Administração manifestou-se, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, aprovando-as. Registra-se que o Conselheiro Edison Antônio Costa Britto Garcia se absteve de votar quanto ao relatório da administração, as demonstrações contábeis 2022 e a proposta de Destinação dos Resultados, por conta de impedimento legal. Dessa forma, o Conselho DECIDIU convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados das notas explicativas, e da proposta de destinação do resultado do exercício à sua deliberação.*

IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

HANDERSON CABRAL RIBEIRO

MARCELLO JOAQUIM PACHECO

RAFAEL LYCURGO LEITE

SAMUEL SALDANHA TEIXEIRA

TIAGO MODESTO COSTA

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília - CEB, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração referente ao exercício de 2022, examinou o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia Energética de Brasília - CEB, levantados em 31 de dezembro de 2022, as respectivas Demonstrações de Resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, todas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, instruções da CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Colegiado tomou conhecimento do parecer da *RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S*, emitido sem ênfases ou ressalvas. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB.

O Conselho também tomou conhecimento da Proposta de Destinação dos Resultados do Exercício de 2022, nos termos da Resolução de Diretoria nº 032, de 21.03.2023, e sobre ela emitiu parecer favorável, por unanimidade, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/1976.

Brasília, 24 de março de 2023.

RENÉ SANDA	
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA	FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS
FRANCISCO CLÁUDIO LIMA	MARIA LÚCIA LINS BARBOSA LINS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
Brasília – DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “Controladora”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas supramencionadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício sob análise. Esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Assim, ao formar sua opinião, o auditor não fornece uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e 9, a Companhia tem investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas empresas CEB Geração S.A., CEB Participações S.A., CEB Lajeado S.A., Companhia Brasileira de Gás, CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., Energética Corumbá III S.A e Corumbá Concessões S.A. No exercício de 2022, o resultado de equivalência patrimonial foi positivo, em R\$ 175.660 mil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste dos controles relacionados ao reconhecimento do ativo e do resultado, a confirmação dos percentuais de participação, o recálculo dos valores registrados e a realização de auditoria dos componentes nas empresas investidas.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formarmos uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, segundo os critérios definidos na norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou das atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício sob análise e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou o regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 23 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico